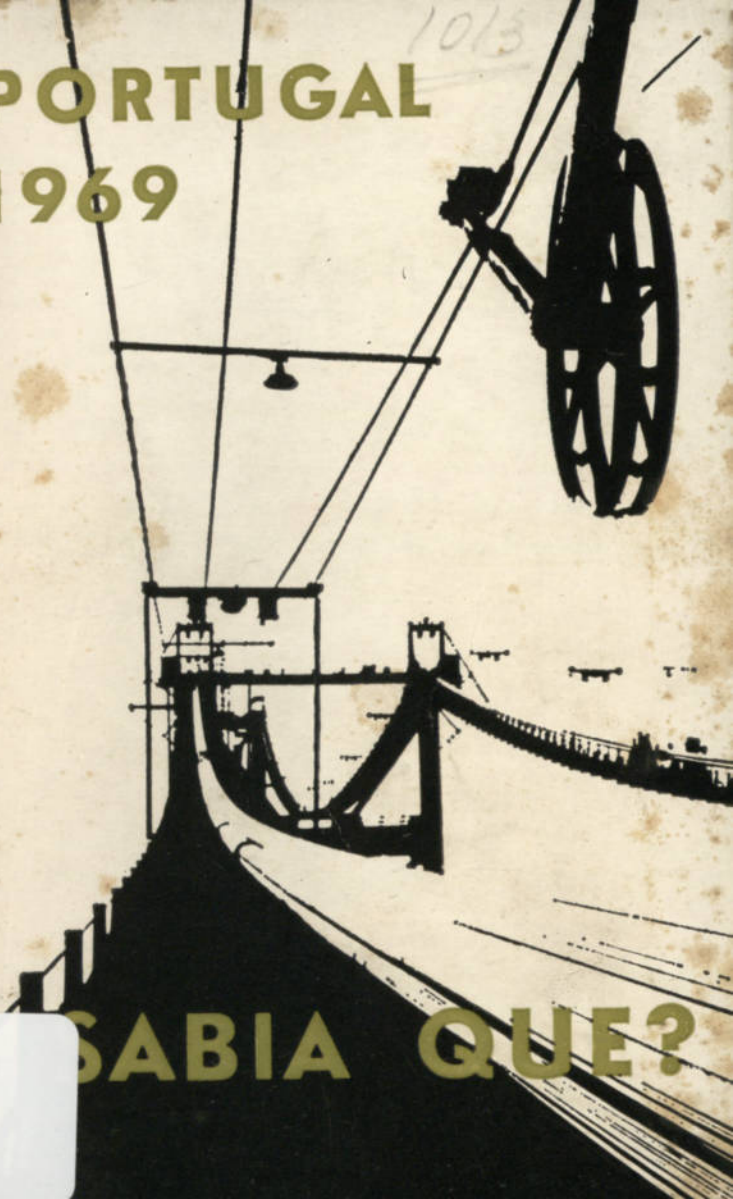


1013

PORTUGAL 1969



SABIA QUE?

1287



PORTUGAL

Açores

Madeira

Cabo Verde

Guiné

S. Tomé e Príncipe

Angola

Moçambique

Diu
Damão
Goa

Macau

Timor

154-2-75
18-2-81

1013



PORTUGAL 1969

SABIA QUE?



SECRETARIA DE ESTADO DA INFORMAÇÃO E TURISMO

INCORPORAÇÃO

908

1013

1821
/ H.N.S.



Acerca de Portugal muito se tem escrito em livros, jornais e revistas mas, mesmo assim, há sectores da vida nacional que são pouco conhecidos, por motivos que todos bem compreendemos: o aspecto especializado de muitas questões desencoraja a leitura; o tempo não sobra para que o leitor possa debruçar-se sobre assuntos tão diversos; a pressa que caracteriza a nossa época exige uma informação sintética, objectiva, acessível.

Ora Portugal, com os seus oito séculos de passado, tem muitos aspectos que merecem ser apreciados. Como país do tempo presente a realidade é válida, mas muitas vezes minimizada, por desconhecida. O «parece que», o «não sei» estão frequentemente na raiz de dúvidas e más interpretações que conduzem ao desinteresse.

Este livrinho tem, portanto, como objectivo satisfazer a curiosidade dos que desejam elucidar-se. A eles oferecemos uma informação baseada em factos comprováveis, e apresentada sob a forma de pergunta-resposta, processo que torna mais fácil a comunicação e corresponde à generalidade das interrogações formuladas.

Sinceramente desejamos que a intenção corresponda à finalidade.

É evidente que o interesse das perguntas-respostas apresentadas não é idêntico para todos os leitores. Por isso agradecemos qualquer alvitre ou crítica construtiva que queiram endereçar-nos. Eles serão para nós testemunho do interesse despertado pelo «Portugal 1969 — Sabia que?».

O PAIS

ONDE FICA PORTUGAL ?

Portugal ocupa um território localizado em diversas partes do Mundo.

Na Europa situam-se a Mãe-Pátria — o território chamado Portugal — e os arquipélagos da Madeira e dos Açores, descobertos pelos Portugueses na primeira metade do século XV.

No continente africano, costa ocidental, são portuguesas — porque foram os Portugueses que as descobriram, as civilizaram e as evangelizaram — as seguintes províncias ultramarinas: arquipélago de Cabo Verde, Guiné, arquipélago de S. Tomé e Príncipe e Angola; na costa oriental, Moçambique.

No continente asiático: o Estado da Índia (Goa, Damão e Diu e os respectivos enclaves, que a União Indiana ocupa militarmente desde 18 de Dezembro de 1961) e Macau — oferecida a Portugal, em 1555, como recompensa do auxílio pres-

tado ao mandarim de Cantão, na luta contra os piratas.

Na Oceânia: Timor, situada numa das ilhas de Sonda.

QUE SUPERFÍCIE COBRE ?

Em conjunto, os territórios da metrópole (continente, 88 500 km² e ilhas adjacentes, 3141 km²) e das províncias ultramarinas cobrem uma superfície de 2 181 628 km², dos quais 91 641 km² na Europa e 2 089 987 km² na África e na Ásia.

As províncias ultramarinas ocupam as seguintes áreas: Cabo Verde, 4033 km²; Guiné, 36 125 km²; S. Tomé e Príncipe, 964 km²; Angola, 1 246 700 km²; Moçambique, 783 030 km²; Goa, Damão e Diu, 4194 km²; Macau, 16 km²; e Timor, 14 925 km².

QUE ESPÉCIE DE CLIMA SE ENCONTRA NA METRÓPOLE ?

No seu território continental europeu, Portugal goza de clima mediterrânico. Está sujeito, porém, a variações que permitem distinguir nele três

regiões climáticas: a zona litoral a norte do Tejo, com características de clima temperado marítimo, mais acentuadas a noroeste: invernos moderados, chuvas abundantes, verões suaves e pouco prolongados; a zona climática do interior, a norte do Tejo, com características que se acentuam na região nordeste: invernos rigorosos e frios, precipitação de neve, estios quentes e curtos; a zona a sul do Tejo que apresenta mais vincadas características de clima mediterrânico no litoral do Algarve, onde os invernos são moderados, a pluviosidade fraca e os verões prolongados e quentes.

Em 1968, as temperaturas médias do ar, em graus centígrados, registadas nos locais mais representativos destas regiões climáticas foram, respectivamente: Porto (serra do Pilar), máx. 19,1, mín. 9,9; Bragança, máx. 17,5, mín. 7,3; zona a sul do Tejo: Lisboa, máx. 21,0, mín. 12,7; Praia da Rocha, máx. 21,1, mín. 12,3.

As ilhas adjacentes, embora de pequena extensão, têm clima variado. Na Madeira é a faixa litoral sul que possui o melhor clima, caracterizado por invernos muito suaves, estios longos e quentes. No Funchal, a temperatura média do ar foi: máx. 21,7, mín. 15,2.

Nos Açores, o clima é temperado marítimo por influência da corrente quente do golfo. Ponta Delgada registou no mesmo ano as seguintes temperaturas: máx. 20,3, mín. 13,8.

E NAS PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS ?

As províncias ultramarinas portuguesas encontram-se situadas em diversas latitudes e têm altitudes diferentes. Destes factores resulta que os seus climas se integram, principalmente, em dois tipos climáticos: o clima tropical e o equatorial, o que não exclui a existência do clima temperado, como consequência da altitude de certas regiões.

A HISTÓRIA

COMO SE FORMOU PORTUGAL ?

Politicamente, a história de Portugal iniciou-se com a actuação de D. Afonso Henriques que assumiu o governo do Condado Portucalense, em 1128. Declarando-se independente do rei de Leão, conseguiu que este o reconhecesse como rei em 1143. Ao mesmo tempo, pela conquista aos Mouros, alargou progressivamente a área do novo reino que, em 1179, foi reconhecido pela Santa Sé.

Esta independência política foi a expressão da maturidade de uma lenta formação sócio-cultural, cuja origem remonta aos tempos pré-históricos. Com efeito, no centro da faixa ocidental da península Ibérica viveram povos cuja cultura se diferenciava dos demais e que, durante quase dois séculos, opuseram tenaz resistência à invasão romana (século III A. C.) que acabou por vencê-los.

Os povos bárbaros, quando no século V invadiram a península, encontraram ali uma sociedade já romanizada que dispunha de grandes explorações agrícolas, estradas, aquedutos e praticava a religião cristã.

A invasão muçulmana da península, iniciada em 711, vai alargar-se a quase todo o território da

monarquia visigótica vencida e a ocupação, que durou séculos, deixou profundas influências nos processos agrícolas, no vocabulário, na arquitectura, influências mais vincadas no extremo sul peninsular.

Os Visigodos refugiados nas Astúrias iniciaram uma luta de guerrilhas contra os Árabes e acabaram por formar o primeiro reino cristão da península.

Lentamente, num processo evolutivo secular, a reconquista peninsular progrediu. O espírito de cruzada, que animou a Europa feudal empenhada na Guerra Santa, trouxe à península Ibérica — no último quartel do século XI — muitos franceses. Entre esses estrangeiros, que vinham auxiliar os monarcas cristãos na luta contra o Mouro, contava-se Henrique de Borgonha, filho do duque de Borgonha. A acção por ele desenvolvida, aliada a condicionalismos políticos vários, levou Afonso VI, de Leão, senhor das terras reconquistadas, a casá-lo com uma filha e a conceder-lhe o governo do Condado Portucalense, área que na fronteira ocidental se estendia virtualmente entre o rio Minho e o rio Tejo e onde existia uma forte tradição de unidade.

Foi devido à tenacidade e ao espírito combativo de Afonso Henriques, filho do conde D. Henrique, apoiado no desejo de autonomia dos varões do Condado Portucalense que o jovem soberano tornou Portugal um reino independente.

COMO SE PROCESSARAM OS DESCOBRIMENTOS MARÍTIMOS PORTUGUESES ?

Desde meados do século XII, os Portugueses começaram a desenvolver a sua actividade comercial com outros povos. Porque ela se fazia principalmente por via marítima, foram aperfeiçoando os processos de navegar, facto que contribuiu para a realização da gigantesca epopeia dos descobrimentos.

Com a conquista de Ceuta, em 1415, marcou-se o início da expansão ultramarina portuguesa, continuada sob a direcção do Infante D. Henrique; devotadamente, o Infante de Sagres entregou-se ao grandioso empreendimento que permitiu fazer a descoberta metódica e persistente do Atlântico e da costa africana, até ao golfo da Guiné.

Os problemas levantados à navegação — dirigida a paragens cada vez mais longínquas — foram sendo gradualmente resolvidos: aperfeiçoaram-se as cartas de marear e a navegação astronómica; criaram-se novos tipos de barcos — a nau e a caravela, de manobra mais fácil e mais rápida — a vela latina, que possibilitou o regresso da costa de África, navegando contra o vento, à bolina; os regimentos das estrelas; fez-se o estudo sistemático dos ventos e das correntes marítimas; desfizeram-se lendas aterradoras.

No reinado de D. João II, os descobrimentos receberam novo impulso. A extraordinária actividade marítima dos Portugueses levou Bartolomeu Dias a dobrar o cabo da Boa Esperança, no extremo sul do continente africano; este arrojado feito permitiu a Vasco da Gama atingir a Índia, em 1498, inaugurando uma via de comunicação euro-asiática inteiramente marítima, que constituía um sonho secular da Europa, desejosa de alcançar os centros comerciais do Oriente. Com Pedro Álvares Cabral descobriu-se oficialmente o Brasil, em 1500, e num ritmo crescente procedeu-se à exploração da quase totalidade do globo terrestre. As descobertas principais estão mencionadas no quadro cronológico com que termina este opúsculo.

COMO SE CONSTITUIU O PORTUGAL ULTRAMARINO ?

À medida que os descobrimentos marítimos conduziam os navegadores para novas regiões e os levavam perante outros povos, os Portugueses iam realizando um sistemático aproveitamento económico das terras descobertas.

Foi assim que em regiões despovoadas ou de fraca densidade populacional, cujos recursos naturais não eram aproveitados — as ilhas do Atlântico e o Brasil —, os Portugueses, seduzidos pela



Lisboa na época dos Descobrimentos.

fertilidade do solo e pelas condições do clima, empreenderam a sua valorização, instalando colonos, estimulando o trabalho das populações locais, introduzindo culturas ricas, como a da cana-de-açúcar, nos Açores e na Madeira.

Quando se tratava de regiões densamente povoadas, os Portugueses, com a aquiescência dos potentados locais, instalavam feitorias. Nelas realizavam, duma maneira contínua e permanente, trocas comerciais com as populações autóctones, cedendo produtos levados do Continente em troca de outros produzidos nessas regiões ou trazidos até lá pelos comerciantes indígenas; estas feitorias eram ao mesmo tempo um centro de irradiação do Cristianismo, difundido pelos missionários portugueses.

A esfera de influência das feitorias foi-se alargando com o decorrer dos anos, mercê das pacíficas relações estabelecidas com os chefes locais, que cediam vastas zonas dos seus territórios em permuta do apoio português contra vizinhos belicosos.

COMO PROCEDIAM OS PORTUGUESES AO ENTRAREM EM CONTACTO COM OUTROS POVOS ?

A estrutura tradicionalmente comunitária e familiar do povo português, a sua composição hetero-

génea, o ideal cristão de fraternidade que inspirou a obra de expansão definiram, desde o início, a acção portuguesa perante as outras sociedades e culturas, impregnando-a de respeito pelos usos e costumes dos povos com que contactava.

Por toda a parte onde os Portugueses se estabeleceram, adaptaram-se ao ambiente, procurando fazer do exemplo e do convívio os meios mais importantes para atingir a assimilação. A expansão portuguesa, realizada em épocas de profunda religiosidade, colectivamente generalizada, subordinou-se ao ideário dos governantes, que determinava: «os fins espirituais e a salvação das almas» são o que «mais devemos estimar».

Desta atitude de assimilação resultou uma sociedade multirracial que se contém nos limites do território português e que representa um dos maiores serviços prestados por Portugal à dignificação do homem.

QUAIS FORAM OS RESULTADOS DESTES CONTACTOS ?

A mensagem com que Portugal, de súbito, iluminou o Mundo não só proclamou ao mesmo tempo a igualdade do género humano e a dignidade do homem, independentemente da raça e da



A NAÇÃO PORTUGUESA





É UMA
COMUNIDADE
MULTIRRACIAL



civilização, mas também impôs aos Portugueses uma maneira de «estar no Mundo», cuja característica dominante foi o respeito pelas outras culturas.

A política da Nação, neste aspecto como em muitos outros, foi geralmente secundada pelo comportamento dos indivíduos que estavam ao seu serviço: marinheiros, soldados, missionários, colonos e até simples aventureiros. E as relações de boa amizade estabelecidas com os povos das terras descobertas ou abordadas asseguraram um ambiente de convívio que, por sua vez, exerceu influência decisiva sobre a organização jurídica e política portuguesa.

As determinações da Constituição actual, no que toca à contemporização com os usos e costumes locais, são regra que sempre se incluiu nos alvarás e provisões régias que acompanharam os nossos capitães e governadores ultramarinos.

QUAL FOI A CONTRIBUIÇÃO PORTUGUESA PARA A CULTURA UNIVERSAL ?

Um dos grandes méritos dos Portugueses que empreenderam a expansão ultramarina foi terem reconhecido a importância da observação dos

factos e da experiência, como fontes verdadeiras do conhecimento.

Dentro deste espírito, oposto ao dos homens de saber que em Portugal e no estrangeiro se entregavam ao estudo e comentário dos autores antigos, os portugueses dos séculos XV e XVI não desprezaram o interesse pragmático de tudo o que era conhecido — reforçaram mesmo o culto dos valores espirituais — mas alargaram o horizonte geográfico e o conhecimento humano ao assumirem aquela nova atitude.

Pode dizer-se que os Portugueses foram os autênticos fundadores da ciência moderna, não só graças às contribuições positivas que lhe deram mas também porque definiram o seu pensamento no sentido da curiosidade objectiva e serena, da observação rigorosa e da experiência criadora.

Para além do mundo real e fantástico que os seus contemporâneos admitiam, eles revelaram a existência de muitas outras realidades desconhecidas que era preciso estudar e analisar, com o mesmo espírito e o mesmo método que empregavam para explorar as terras e os mares longínquos, para perscrutar o segredo das constelações e dos povos recém-descobertos.

RELIGIÃO

TEM RAIZES FUNDAS A RELIGIÃO CRISTÃ DO POVO PORTUGUÊS ?

Portugal nasceu cristão. Desde os alvares da nacionalidade, foi o espírito de cruzada que tornou o português ardente e combativo. Durante os séculos XII e XIII lutou contra os Sarracenos que ocupavam a península Ibérica, auxiliado por cruzados ingleses, alemães, flamengos e franceses; da conjugação desses esforços, resultou, entre outras, a conquista de Lisboa, por D. Afonso Henriques.

Constituída a Pátria, nunca o espírito de proselitismo cristão abandonou os Portugueses. Quando cimentaram a independência nacional, voltaram-se para além-mar e procuraram levar mais longe a fé cristã. A ideia de cruzada tomou então um sentido de epopeia com a empresa dos Descobrimentos. Bem claramente a confirmam as bulas dos papas Eugénio IV, Nicolau V, Calisto III, Pio II, Sisto IV, Inocêncio VIII e Alexandre VI, que concederam a Portugal privilégios e indulgências pelos «cristãos atrevimentos» levados às cinco partes do Mundo.

O advento das novas ideias que alastraram pela Europa nos séculos XVIII e XIX não perturbou de forma estrutural a consciência cristã do povo português. Em 1910, com a proclamação da República, verificou-se um surto de laicismo, mas a fé colectiva permaneceu, alicerçada nas suas raízes ancestrais.

O QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO ACERCA DA RELIGIÃO ?

A Constituição Política de 1933 consagra a liberdade e a inviolabilidade de crenças e práticas religiosas, não podendo ninguém por causa delas ser perseguido, privado de um direito, ou isento de qualquer obrigação ou dever cívico. Acresce que ninguém será obrigado a responder acerca da religião que professa, a não ser em inquérito estatístico ordenado por lei.

Esta liberdade de consciência e exercício dos diversos cultos é assegurada também nos territórios ultramarinos, com as restrições exigidas pelos direitos e interesses da soberania portuguesa, bem como pela manutenção da ordem pública, e de harmonia com os tratados e convenções internacionais.

E SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE O ESTADO E A IGREJA CATÓLICA ?

Da tradição cristã do País resultou que a Constituição reconhece uma situação especial à Igreja Católica, considerada livre e independente. Assim, ajustando-se às normas da Concordata celebrada com a Santa Sé em 1940, a Constituição — no seu texto actual — reconhece personalidade jurídica à Igreja Católica, prevendo que se organize de acordo com o direito canónico e constitua associações ou organizações cuja personalidade é também reconhecida.

As missões católicas portuguesas do ultramar e os estabelecimentos de formação do pessoal para os serviços delas têm personalidade jurídica e são auxiliados pelo Estado, como instituições de ensino e assistência e instrumentos de civilização, nos termos da Concordata e demais acordos firmados com a Santa Sé.

QUAL A POSIÇÃO DO ESTADO PERANTE AS OUTRAS CONFISSÕES RELIGIOSAS ?

Quanto às outras confissões religiosas, cujos cultos sejam praticados em território português, a

Constituição dispõe que será a lei a regular as suas manifestações exteriores. O Estado assegura-lhes liberdade de culto e organização e poderá reconhecer personalidade jurídica às associações constituídas em conformidade com a disciplina das respectivas confissões.

QUAL A SITUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NO ULTRAMAR ?

Dissemos já que na expansão ultramarina esteve presente a ideia da evangelização. Porque esse espírito permanece actual, é compreensível que o Estado tenha reservado posição de relevo para a Igreja católica, no ultramar português.

Esta situação encontra-se contemplada em vários documentos; de entre os quais importa referir o **Acordo Missionário** assinado entre Portugal e a Santa Sé, anexo à Concordata de 1940, e regulamentado por outro importante diploma, o Estatuto Missionário.

No Acordo Missionário, estatuto vasto e transcendente sobre o regime missionário, fundamentalmente procede-se à divisão eclesiástica das províncias ultramarinas e garante-se que a actividade missionária dentro delas seja confiada, de modo especial, a portugueses, sempre sob a direc-

ção de bispos portugueses. Por outro lado, o Estado auxiliará as missões e os missionários e garante à Igreja a faculdade de fundar e dirigir escolas, ficando-lhe largamente confiado o ensino de adaptação destinado aos autóctones que não tenham conhecimento suficiente da língua portuguesa.

O QUE ESTIPULA A CONSTITUIÇÃO SOBRE O ENSINO RELIGIOSO ?

Dentro do princípio da liberdade do ensino, a Constituição admite um ensino particular paralelo ao ministrado pelo Estado e dispõe que não depende de autorização o ensino religioso nas escolas particulares.

Atendendo a que a Constituição consagra a liberdade de consciência e o livre exercício dos diversos cultos, o ensino da religião católica nas escolas não é ministrado aos alunos cujos pais assim o desejem, o que assegura o respeito pelas crenças religiosas de todos os indivíduos, tanto na metrópole como no ultramar.

GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO

COMO SE CARACTERIZA A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA PORTUGUESA ?

Estruturado pela Constituição Política de 1933, o Estado Português é uma República unitária e corporativa, baseada na igualdade dos cidadãos perante a lei, no livre acesso de todas as classes aos benefícios da civilização e na interferência de todos os elementos estruturais da Nação na vida administrativa e na feitura das leis. Limitada na ordem interna pela moral e pelo direito, a Organização Política portuguesa reconhece a importância política dos grupos naturais da sociedade, como a família (comunidade unida pelos laços de parentesco), o município (comunidade estabelecida em virtude dos laços de vizinhança), a empresa (comunidade resultante de laços de interesses económicos), donde decorre que a propriedade, o capital e o trabalho desempenham importante papel na vida social, em regime de cooperação económica e de solidariedade.

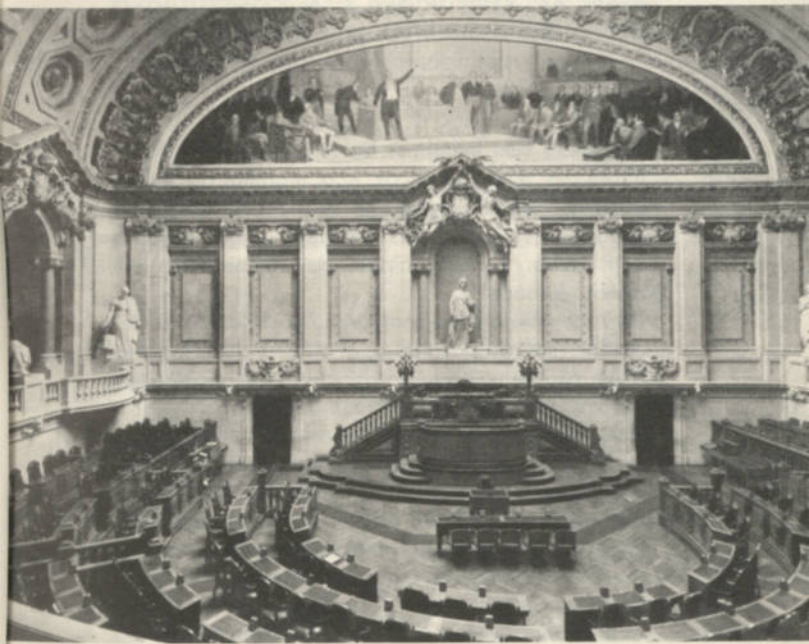
A soberania reside em a Nação e tem por órgãos o Chefe do Estado, a Assembleia Nacional, o Governo e os tribunais.

COMO É ELEITO O PRESIDENTE DA REPÚBLICA ?

O Chefe do Estado é o Presidente da República, em quem a Nação delega o exercício da autoridade governamental. O Presidente da República é eleito por 7 anos, por um colégio eleitoral constituído pelos membros da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa em efectividade de funções e pelos representantes municipais de cada distrito ou de cada província ultramarina não dividida em distritos e ainda pelos representantes dos conselhos legislativos e dos conselhos de governo das províncias de governo-geral e de governo simples, respectivamente.

QUAIS SÃO AS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA ?

Ao Presidente da República cabe designar o Chefe do Governo e nomear os Ministros propostos por este último, promulgar as leis, sancionar os decretos-leis e assinar todos os outros decretos, conceder amnistias e indultar e comutar penas. Se bem que detentor da representação nacional, o Presidente da República confia a administração ao Chefe do Governo responsável.



Assembleia Nacional — Lisboa.

QUAIS AS ATRIBUIÇÕES E A CONSTITUIÇÃO DA ASSEMBLEIA NACIONAL ?

Compete aos membros da Assembleia Nacional discutir os actos políticos e a marcha da Administração Pública, votar as bases das leis, considerando os pareceres emitidos pela Câmara Corporativa. Gozam, ainda, de competência em matéria financeira.

A Assembleia Nacional é composta por 130 deputados, eleitos por sufrágio directo dos eleitores da metrópole e do ultramar, por um período de 4 anos.

E DA CÂMARA CORPORATIVA ?

A Câmara Corporativa compõe-se de mais de 200 procuradores eleitos, por um período de 4 anos, pelas autarquias locais de todos os territórios portugueses (concelhos, municípios e distritos) e pelos agrupamentos sociais de ordem administrativa, moral, cultural e económica. As suas funções são unicamente consultivas e téc-

nicas: compete-lhe dar parecer sobre os projectos ou propostas de leis, as ratificações de tratados, convenções e acordos internacionais.

COMO SE ASSEGURA A REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA ?

A realização da justiça é assegurada por uma rede hieràrquicamente organizada de tribunais, que cobre todo o território português, caracterizando-se as suas funções pela independência dos magistrados e a separação dos tribunais judiciários do contencioso administrativo.

A independência dos magistrados é assegurada por duas maneiras: 1.º as sentenças de um tribunal não podem ser modificadas ou revogadas senão por nova sentença do mesmo tribunal ou de tribunal hieràrquicamente superior; 2.º os juizes são recrutados por concurso perante júris formados por magistrados e professores de Direito.

A separação do contencioso reserva aos tribunais judiciários o conhecimento das causas civis, comerciais e criminais; e aos tribunais administrativos a apreciação da legalidade das decisões e deliberações tomadas pelas autoridades da administração central (incluindo os Ministros) ou local.

POR QUE FORMA INTERVEM AS PROVINCIAS ULTRAMARINAS NA ESTRUTURA POLITICA DO PAIS ?

Há muito que, no plano político, as províncias ultramarinas têm a sua representação, correspondente ao nível de evolução social de cada uma delas, seja na Assembleia Nacional, através dos deputados eleitos pelos respectivos círculos eleitorais, seja na Câmara Corporativa, graças à representação das suas autarquias locais e dos seus interesses económicos e sociais; de harmonia com o disposto na Lei Orgânica do Ultramar Português, independentemente da representação no Conselho Ultramarino, cada uma das províncias ultramarinas participa ainda nos órgãos consultivos de âmbito nacional.

QUE CONCLUSÕES SE TIRAM DAS ELEIÇÕES REALIZADAS NO ULTRAMAR ?

As eleições dos vogais dos Conselhos Legislativos de cada uma das províncias ultramarinas, e dos Conselhos Económicos e Sociais de Angola e Moçambique, realizadas em Março de 1968, e efectuadas com elevada percentagem de votantes, demonstraram que as populações ultramarinas, na

escolha dos seus representantes, são isentas de preconceitos étnicos, económicos, sociais e culturais. Verificou-se igualmente que aos diversos sectores de interesses das populações foi dada ampla representatividade, através da qual os elementos autóctones ou mistos, que em algumas províncias constituem a maioria eleita quase absoluta, têm uma relevante participação activa.

COMO SE CARACTERIZAM AS AUTARQUIAS ?

As autarquias locais, incluindo as das províncias ultramarinas, são dotadas de personalidade jurídica e de autonomia administrativa e financeira, sendo de natureza electiva os seus órgãos gestores; as relações entre os órgãos de administração geral e de administração local processam-se de forma a garantir-se a efectiva descentralização da gestão dos respectivos órgãos autárquicos.

COMO SE CARACTERIZAM ADMINISTRATIVAMENTE AS PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS ?

As províncias ultramarinas são pessoas colectivas de Direito Público, gozando das faculdades de

adquirir, contratar e estar em justiça; possuem o seu próprio activo e passivo, dispõem dos seus próprios bens e receitas e, conseqüentemente, são responsáveis pelas suas próprias despesas e dívidas, assim como pelos seus actos e contratos; administram-se de acordo com uma autonomia financeira subordinada a um orçamento privado, estabelecido anualmente, votado e executado pelos seus próprios organismos.

CULTURA

QUAIS SÃO AS ORIGENS DA LINGUA PORTUGUESA ?

Etimològicamente, o núcleo fundamental da língua portuguesa é de origem latina, existindo porém palavras de origem céltica, grega, germânica, árabe e das línguas modernas: francesa, provençal, espanhola, italiana e inglesa. Das línguas africanas orientais e brasílicas, com as quais os Portugueses estiveram em maior ou menor contacto, provieram termos que se nacionalizaram.

QUANTAS PESSOAS FALAM PORTUGUÊS ?

Além dos 23 milhões de habitantes que constituem a população total do Estado Português, a língua portuguesa é falada por cerca de 90 milhões de Brasileiros e pelas comunidades de origem portuguesa que vivem em várias regiões da América do Norte, da península de Malaca, etc.

QUANDO APARECEU UMA LITERATURA PORTUGUESA ?

Após uma fase em que nos documentos se misturam vocábulos latinos com palavras já de uso corrente em português, surgem os primeiros textos integralmente redigidos em português: a «Cantiga de Amor» do trovador Paio Soares de Taveirós, cuja data se pode fixar em 1189, e uma escritura de partilhas, de 1192.

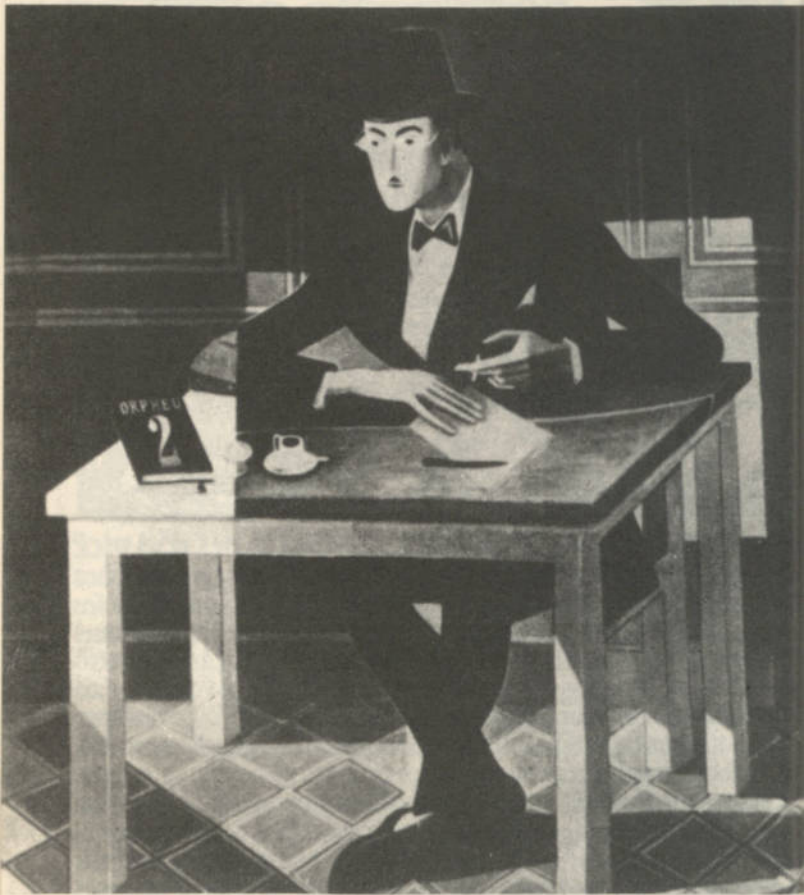
A autonomia da prosa literária só aparece, no início do século XV, com os cronistas. De entre eles sobressai Fernão Lopes, genial iniciador da historiografia nacional.

A língua portuguesa foi adquirindo maior riqueza e maleabilidade através dos séculos e atingiu notável perfeição na obra de grandes escritores como Gil Vicente, Camões, Padre António Vieira, Bocage, Garrett, Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós, Fernando Pessoa, Aquilino Ribeiro, etc.

Actualmente, a língua portuguesa é um belo instrumento literário nas mãos de escritores como Augusto de Castro, Bessa Luís, J. Bessa Vitor, Domingos Monteiro, Ferreira de Castro, Francisco Costa, Jorge Barbosa, José Régio, Luís Forjaz Trigueiros, Miguel Torga, Natércia Freire, Paço d'Arcos, Rodrigues Miguéis, Tomás de Figueiredo, Vitorino Nemésio e outros que, na metrópole e no ultramar, se dedicam à literatura.



Auto de moralidade composto per Gil vicē
 te Por contemplaçem da serenissima e muyto catholica
 raynhadona R. lano: nossa señoza: e representada per seu
 mādado ao poderoso pñcipe e muy alto rey dō Al. Daniel
 primeiro de portugal de ste nome. Comença a declaraçã e argumēto
 da obra. **E** primeiramente no presente auto se segura que no pōto
 q̄ acabamos despirar chegamos supitamente a huū r̄o: ho qual per
 força auemos de passar: em huū de deus batees q̄ naquelle ponto estã
 .s. huū delles passa pera ho parayso: e ho outro p̄o inferno: os q̄es
 batees tem cada huū seu arraez na p̄. oa: ho do parayso huū amez: e ho
 do inferno huū arraez infernal e huū companheyr o. Do primeiro
 entreluctor he huū fidalgo que chega com huū page q̄ lhe leua huū
 rabo muy comprido e huūa cadeya despoada. **E** comença ho arraez
 do inferno desia maneyra ante que ho f. dalguo venha,



Retrato do poeta e ensaísta Fernando Pessoa (1888-1935) pintado por Almada Negreiros (1893).

TEM INTERESSE A ARQUITECTURA EM PORTUGAL ?

Tem muito interesse este sector da cultura portuguesa.

Espalhados por todo o País, encontram-se, a par das modernas construções, castelos, igrejas e palácios cuja origem remota se perde na alta Idade Média. Pertencem porém aos séculos XV e XVI os mais característicos monumentos nacionais.

Da sua análise ressalta que as formas estéticas assumidas pelo gótico se combinam com a arte luso-mourisca e com as composições de talha que os escultores flamengos e alemães trouxeram para Portugal. Este facto deu origem ao nascimento dum estilo com características próprias, quer sob o aspecto da decoração, quer sob o aspecto da estrutura e do espaço — o estilo manuelino — que vai reflectir-se nas primeiras igrejas edificadas pelos portugueses na ilha da Madeira, nos Açores, em Marrocos e na Índia. Algumas soluções determinadas pelo clima tropical da Índia foram também introduzidas no ambiente tropical do Brasil.

Além dos monumentos de feição nitidamente portuguesa — salientemos o Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém —, das construções do barroco e do maneirismo português, enriquecidas no interior por expressivos silhares de azulejos,



verdadeiro símbolo da arte decorativa portuguesa — são magníficos exemplos o Palácio do Marquês de Fronteira e a Igreja de S. Roque — a arquitectura moderna merece também referência pelos seus arranjos urbanísticos e concepção de algumas construções, como se pode verificar em certos bairros de Lisboa, Porto, Coimbra, Luanda, Lourenço Marques e Beira.

QUAIS SÃO OS NOMES MAIS NOTÁVEIS DA ESCULTURA E DA PINTURA PORTUGUESAS ?

Foi a escultura que, primeiro, se notabilizou em Portugal, como testemunham no século XIV o extraordinário vigor e simbolismo dos apóstolos da Sé de Évora, os túmulos da Sé Velha de Coimbra, os túmulos de D. Pedro e D. Inês, no Mosteiro de Alcobaça.

Do período «manuelino» é expoente máximo Diogo Pires, o Moço, a cuja actividade (1513-1525), são atribuídos os belos Anjos de Santa Cruz de Coimbra e o túmulo de Diogo de Azambuja, em Montemor-o-Velho.

No século XVIII a escultura portuguesa tomou novos rumos devido à influência de artistas italianos e franceses. Mas é o nome de Machado de



«S. Pedro» — obra do notável pintor quinhentista Grão Vasco.



O azulejo tem extraordinária importância na arquitectura portuguesa dos séculos XVI e XVIII.

Castro que se agiganta e domina inteiramente o fim do século, devendo-se-lhe as mais belas e genuínas figuras da estatuária portuguesa — as dos Presépios.

A tradição foi, depois, brilhantemente continuada por Soares dos Reis, Simões de Almeida, Teixeira Lopes, Anjos Teixeira, Francisco Franco e Álvaro de Brée.

Na actualidade, podem citar-se nomes de escultores de talento como António Duarte, Barata Feyo, Canto da Maya, Francisco Franco, João Fragoso, Joaquim Correia, Jorge Vieira, Lagoa Henriques, Leopoldo de Almeida, Martins Correia e outros que prestigiam a escultura nacional.

No que respeita à pintura, só a partir da segunda metade do século XV ganhou dimensão universal com a obra de Nuno Gonçalves. A ele são atribuídos os «Painéis de S. Vicente», obra que inicia genialmente a escola de pintura portuguesa. Como seus brilhantes continuadores citam-se Frei Carlos, Gregório Lopes, Grão Vasco, autor das magníficas obras «Calvário» e «S. Pedro», Vieira Portuense, Domingos Sequeira. Do século XIX ao primeiro quartel do século XX, Henrique Pousão, Silva Porto, Carlos Reis, Malhoa, Columbano, António Carneiro, Sousa Lopes, Mário Eloy, Amadeu de Sousa Cardoso, Santa-Rita valorizaram a pintura nacional, devendo-se aos dois últimos o movimento que revolucionou a arte portuguesa, fazendo-a integrar-se na corrente estética europeia



de 1920. Na actualidade, Almada Negreiros, Carlos Botelho, Dordio Gomes, Jorge Barradas, Júlio Resende, Júlio Pomar e muitos outros mantêm o nível e a reputação da pintura portuguesa.

QUAIS AS BIBLIOTECAS, OS ARQUIVOS E OS MUSEUS MAIS IMPORTANTES ?

Em todo o território português, e especialmente nos maiores centros urbanos, existem bibliotecas, arquivos e museus, alguns de grande valor e renome internacional.

Como museus mais importantes, citamos em LISBOA — **Museu Nacional de Arte Antiga**: possui notável colecção de pintura portuguesa (do século XVI ao século XIX), ourivesaria portuguesa (do século XII ao século XVIII) e estrangeira, cerâmica, paramentos, escultura, pintura flamenga, etc., e no seu anexo, na Madre de Deus, o museu do azulejo; **Museu Nacional dos Coches**: tem a maior colecção do mundo de viaturas e arreios do século XVII ao século XIX; **Museu de Arte Contemporânea**: colecções de pintura e escultura a partir de meados do século XIX; **Museu Etnológico Leite de Vasconcelos**: colecções de arqueologia pré-histórica, lusitano-romana, muçulmana e visigótica;



Museu dos Coches — Lisboa.

Museu de Arte Popular: colecção de arte e utensilagem do povo português; **Museu de S. Roque** (arte sacra do século XVIII); **Museu da Fundação Ricardo Espírito Santo:** artes decorativas; **Museu Gulbenkian:** arte islâmica, pintura, ourivesaria, porcelanas; **Museus do Exército e da Marinha.** PORTO — **Museu Nacional de Soares dos Reis:** colecções de escultura e pintura (notáveis as do século XIX), ourivesaria e cerâmica, etc. COIMBRA — **Museu Nacional de Machado de Castro:** grandes colecções de escultura e ourivesaria; **Museu Monográfico de Conímbriga:** espólio romano do «opidum» de Conímbriga; VISEU — **Museu Regional de Grão Vasco:** notável colecção de pintura portuguesa do século XVI, colecções de escultura, mobiliário. ÉVORA — **Museu Regional de Évora:** grande colecção de escultura medieval e renascentista; pintura flamenga e portuguesa. CALDAS DA RAINHA — **Museu José Malhoa:** pintura, escultura, notável colecção de cerâmica das Caldas. GUIMARÃES — **Museu Regional de Alberto Sampaio:** colecções de escultura, pintura, ourivesaria, tecidos. AVEIRO — **Museu Regional de Aveiro:** mobiliário, escultura, pintura (um dos mais notáveis conjuntos de arte barroca portuguesa). BEJA — **Museu Regional:** a mais bela e numerosa representação da arte muçulmana e visigótica dos museus portugueses. FUNCHAL — **Museu de Arte Sacra:** notabilíssima colecção de pintura flamenga (madeira) e ourivesaria.

Dos museus do ultramar merecem especial referência: em Angola, **LUANDA** — **Museu do Dundo**: importantíssima documentação etnográfica, além de folclore local, fauna e flora africanas; **Museu de Angola**: interessante documentação de etnografia, história, arte, etc.; em Moçambique, o **Museu Álvaro de Castro** em LOURENÇO MARQUES: colecções de pré-história, etnografia, geologia, etc.; na Guiné, **Museu da Guiné** em BISSAU: documentação de história, etnografia e ciências naturais.

De entre as principais bibliotecas e arquivos do País devemos salientar, em LISBOA: a **Biblioteca Nacional** fundada por D. Maria I. Possui uma importantíssima colecção de incunábulos e de manuscritos. Em 1969, foi transferida do edifício primitivo para junto da Cidade Universitária de Lisboa, possuindo agora amplas e modernas instalações, em conformidade com a mais recente técnica da especialidade, que lhe permitem armazenar dois milhões de volumes; o **Arquivo Nacional da Torre do Tombo**, antigo arquivo ou tombo das receitas de impostos e rendas, contém documentação de grande valor, estando hoje transformado em Arquivo geral da Nação; o **Arquivo Histórico Ultramarino** guarda documentação do máximo interesse para a história do ultramar português; a **Biblioteca do Palácio da Ajuda**, em Lisboa, que foi livraria da corte portuguesa, possui, além de obras de valor, uma famosa

colecção de ferros antigos para encadernação; a **Biblioteca Municipal de Lisboa**; PORTO — **Biblioteca Pública do Porto**, cujo primeiro fundo bibliográfico foi constituído pelas livrarias dos conventos e do prelado da diocese, D. João de Magalhães e Avelar. De Santa Cruz de Coimbra recebeu incunábulo de notável valor e códices manuscritos, alguns artisticamente iluminados; COIMBRA — **Biblioteca da Universidade de Coimbra**, particularmente importante pela raridade bibliográfica de grande parte do recheio, que remonta ao século XVI. O magnífico edifício onde se encontra instalada, na face do pátio da Universidade voltada a poente, data de 1716. Além de constituir, sob o ponto de vista artístico, uma das mais belas bibliotecas do mundo, a Biblioteca da Universidade de Coimbra tem hoje a categoria de biblioteca nacional. Das suas colecções, importa citar: os cimélios, os vilânicos, os manuscritos, as apostilas escolares do século XVI ao século XVIII, preciosos iluminados, encadernações notáveis, etc.

Além destas existem no País muitas outras bibliotecas, devendo referir-se, pelo seu significado, as chamadas bibliotecas «itinerantes».

MERECE REFERÊNCIA O SECTOR DA MÚSICA ?

No domínio da música surge, através dos séculos, brilhante plêiade de artistas que, guindando-se a alto nível, colocaram o País numa posição honrosa, em relação aos centros artísticos mundiais. Entre os nomes que atingiram projecção internacional, sobressaem os dos compositores Damião de Góis, Manuel Rodrigues Coelho, Duarte Lobo, Carlos Seixas, Domingos Bontempo e Marcos Portugal. No «belo canto», destacam-se os nomes laureados de Luísa Todi e Francisco de Andrade.

O século XX não se apresenta menos pródigo neste campo das artes. Figuras notáveis elevaram bem alto o nome de Portugal.

Citemos a brilhante violoncelista Guilhermina Suggia, cuja arte conquistou exigentes auditórios europeus, e o célebre pianista Viana da Mota, mundialmente aplaudido. Na actualidade, outros nomes se impõem. A riqueza da criação artística na música portuguesa é mantida por Frederico de Freitas, Ivo Cruz, Joly Braga Santos, Luís de Freitas Branco, Lopes Graça e Rui Coelho; maestros ilustres: David de Sousa, Francisco Lacerda, Pedro de Freitas Branco e Silva Pereira; pianistas: Helena Moreira de Sá e Costa, Sequeira Costa, Varela Cid; violinistas: Leonor de Sousa Prado e Vasco

Barbosa; cantores que alcançaram a auréola do êxito: Maria Júdice da Costa e Tomás Alcaide. Todos elevam a vida musical portuguesa a um bom nível artístico, para que dão valioso contributo: a actividade das Sociedades de Concertos, que nas principais cidades do País realizam concertos e recitais; os festivais periódicos promovidos pela Emissora Nacional de Radiodifusão e pela Fundação Calouste Gulbenkian; a actividade do Teatro Nacional de S. Carlos, onde anualmente se realizam épocas de ópera e «ballet». Nestes espectáculos participam artistas mundialmente famosos e companhias estrangeiras de renome.

Devem ainda referir-se os concertos e os espectáculos de «ballet» realizados no verão, ao ar livre, em Lisboa e na bela região de Sintra, e os Cursos Musicais Internacionais de Férias, em Cascais.

Também a Secretaria de Estado da Informação e Turismo promove todos os anos concursos, com atribuição de prémios, que englobam várias modalidades da arte musical.

O QUE ESTABELECE A CONSTITUIÇÃO ACERCA DO ENSINO ?

A educação e a instrução são obrigatórias e incumbem à família e aos estabelecimentos oficiais ou particulares em cooperação com ela.

O ensino ministrado pelo Estado visa, além do revigoreamento físico e do aperfeiçoamento das faculdades intelectuais, a formação do carácter, do valor profissional e de todas as virtudes morais e cívicas orientadas pelos princípios da doutrina e moral cristãs, tradicionais do País.

O ensino primário é obrigatório e gratuito para todas as crianças a partir dos sete anos e funciona em dois ciclos: um ciclo elementar de quatro classes e um ciclo complementar de duas classes.

Dentro destes princípios e do espírito de unidade nacional em que se integram todas as parcelas do território, os planos de ensino obedecem, em toda a parte, aos mesmos padrões, tendo porém sido consideradas, no sistema educacional primário, as diferentes necessidades dos sectores populacionais que não atingiram ainda um nível idêntico de civilização.

QUAIS SÃO AS FACILIDADES EDUCACIONAIS EXISTENTES ?

Com o objectivo de promover o crescente acesso dos jovens aos vários níveis de instrução, têm sido tomadas várias medidas, devendo relevar-se:

- a gratuidade do ensino primário oficial garantindo a escolaridade de todas as crianças em idade escolar;
- a atribuição de bolsas de estudo aos alunos do ensino secundário cujos pais não dispõem de meios financeiros suficientes para custearem os estudos, desde que esses alunos tenham bom comportamento e aproveitamento;
- a atribuição de bolsas de estudo aos estudantes de reduzidos recursos económicos que pretendam frequentar o ensino superior, desde que tenham bom aproveitamento e comportamento moral e cívico irrepreensíveis.

No que respeita ao acesso dos estudantes ultramarinos ao ensino superior, atendendo a que há cursos ainda não ministrados nas Universidades de Luanda e Lourenço Marques, foram criadas condições especiais de que merecem referência:

- exames locais de admissão às universidades metropolitanas;



A frequência do ensino secundário
aumentou 50% de 1960 para 1968.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA — ALIA A TRADIÇÃO ÀS EXIGÊNCIAS DO PRESENTE.



Universidade de Coimbra — alia a
tradição às exigências do presente.

- atribuição de bolsas de estudo;
- gratuidade das viagens de ida e volta, incluindo as férias anuais;
- assistência aos estudantes ultramarinos durante os anos de permanência na metrópole.

Deve ainda referir-se a actividade do sector particular, pois grandes empresas concedem bolsas de estudo aos filhos dos seus empregados, mantendo algumas, até, escolas privativas.

QUANTAS UNIVERSIDADES HÁ ?

Portugal dispõe de quatro Universidades na metrópole e de duas no ultramar, respectivamente em Angola e Moçambique.

As Universidades Clássicas de Coimbra e de Lisboa englobam as Faculdades de Ciências, Direito, Letras, Medicina e Farmácia; na Universidade do Porto não há Faculdade de Direito, mas existem, além das supracitadas, uma Faculdade de Economia e uma Faculdade de Engenharia.

A Universidade Técnica de Lisboa compreende o Instituto Superior Técnico, o Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, o Instituto Superior de Agronomia, a Escola Superior de Medi-

cina Veterinária e o Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina.

Nas Universidades de Luanda e Lourenço Marques funcionam os seguintes cursos: médico-cirúrgico, veterinária, engenharia, agronomia, silvicultura, ciências pedagógicas, assim como bacharelato em matemática, biologia, química, geologia, física, filologia românica, história e geografia.

Há ainda a assinalar a criação da Universidade Católica Portuguesa, que inclui a Faculdade de Teologia de Lisboa e a Faculdade de Filosofia de Braga.

Incluídos no ensino superior mas não englobados na Universidade, existem outros estabelecimentos de ensino, de entre os quais mencionamos: Academia Militar, Escola Naval, as Escolas Superiores de Belas-Artes de Lisboa e do Porto e o Instituto de Estudos Superiores de Évora.

QUE HÁ ACERCA DA EDUCAÇÃO FÍSICA E DOS DESPORTOS ?

A Direcção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar, dependente do Ministério da Educação Nacional, supervisa todas as actividades desportivas portuguesas, civis, directamente ou por intermédio das instituições públicas ou privadas.

criadas com esse intuito, e junto das quais ela exerce uma missão de orientação, de controlo disciplinar e de ajuda material.

Estão fora da sua jurisdição as actividades escolares que dependem da Organização Nacional da Mocidade Portuguesa, as actividades corporativas que são dirigidas pela Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho e as das Forças Armadas.

Com o objectivo de preparar professores de educação física, foi criado, em 1940, o Instituto Nacional de Educação Física.

No que respeita à prática das diversas modalidades desportivas, quase todas são praticadas. Têm, no entanto, especial relevo o futebol e o hóquei em patins (em que as equipas portuguesas várias vezes se têm classificado como campeãs da Europa e do Mundo), a vela e o hipismo.

No domínio do equipamento desportivo, o País possui boas instalações, de entre as quais convém assinalar o Estádio Nacional, em Lisboa, os estádios de alguns clubes, bem como vários estádios municipais. Particular referência merecem ainda os pavilhões gimnodesportivos, nomeadamente o de Lisboa.

ECONOMIA

QUAL A ATITUDE DO GOVERNO EM RELAÇÃO À ACTIVIDADE ECONÓMICA ?

O Governo português não pretende substituir-se à iniciativa privada nem transformar-se em gerente da vida económica, mas coordená-la e dirigi-la, de modo a obter um justo equilíbrio entre a produção e o consumo.

PORTUGAL ADOPTOU TAMBÉM UMA POLÍTICA DE PLANEAMENTO ECONÓMICO ?

A política de planeamento económico teve início em 1953 com a entrada em vigor do I Plano de Fomento (1953-1958). Prosseguindo essa orientação, foram elaborados o II Plano de Fomento (1959-1964) e o Plano Intercalar de Fomento, que cobriu apenas um período de três anos.

A experiência colhida na execução dos planos anteriores foi proveitosa para a elaboração do III Plano de Fomento (1968-1973). Este plano, que cobre um período hexenal iniciado em Janeiro de



1968, representa um esquema orientador do desenvolvimento de todo o espaço económico português.

Como objectivos fundamentais propõe:

- 1 — Aceleração do ritmo de acréscimo do produto nacional;
- 2 — Repartição mais equitativa dos rendimentos;
- 3 — Correção progressiva dos desequilíbrios regionais de desenvolvimento.

Os investimentos previstos atingem o montante de 167 530 000 contos, dos quais cabem 123 050 000 contos à execução do plano na metrópole e 44 480 000 contos nas províncias ultramarinas.

QUAL É A PRODUÇÃO AGRÍCOLA ?

Em 1968, os mais importantes produtos agrícolas de Portugal continental foram (em toneladas):

| | | | |
|--------------|-----------|----------------|------------|
| Trigo | 747 473 | Azeite (hl)... | 580 841 |
| Milho | 547 916 | Vinho (hl) ... | 11 690 410 |
| Arroz | 149 022 | Cortiça | 197 152 |
| Batata | 1 083 106 | Resina | 91 954 |

E NAS PROVÍNCIAS DO ULTRAMAR ?

A posição geográfica das províncias ultramarinas determina uma produção agrícola característica das zonas intertropicais.

Os produtos de maior significado económico são: o café, de que Angola é um dos grandes produtores mundiais, o algodão, a cana-de-açúcar, o milho, a copra, o amendoim, o sisal, o cacau, o chá e a castanha de caju.

Em 1968, as produções mais valorizadas foram as seguintes (em toneladas):

ANGOLA

| <i>Café</i> | <i>Algodão em caroço</i> | <i>Milho</i> | <i>Sisal</i> | <i>Cana- -de-açúcar</i> |
|-------------|------------------------------|--------------|--------------|-----------------------------|
| 198 000 | 38 867 | 142 596 | 66 000 | 611 597 |

MOÇAMBIQUE

| <i>Algodão</i> | <i>Chá</i> | <i>Castanha de caju</i> | <i>Cana-de-açúcar</i> |
|----------------|------------|-----------------------------|-----------------------|
| 122 284 | 14 251 | 98 000 | 1 862 396 (a) |

(a) 1967.

S. TOMÉ E PRÍNCIPE

| <i>Banana</i> | <i>Cacau</i> |
|---------------|--------------|
| 2 707 | 10 232 |

GUINÉ

| <i>Amendoim descascado</i> | <i>Coconote</i> |
|--------------------------------|-----------------|
| 12 006 | 8 031 |

TIMOR

CABO VERDE

| <i>Café</i> | <i>Arroz em casca</i> | <i>Milho</i> | <i>Cana- -de-açúcar</i> | <i>Banana</i> |
|-------------|-----------------------|--------------|-----------------------------|---------------|
| 1 011 | 21 025 | 12 008 (a) | 8 912 (a) | 5 737 (a) |
| (*) 1967. | | | | |

TEM PARTICULAR INTERESSE O REPOVOAMENTO FLORESTAL ?

O repovoamento florestal é um processo de valorização das regiões montanhosas e das terras pobres que cobrem mais de metade do continente. A floresta ocupava 3 234 000 hectares, em 1963, ou seja 35 % da superfície de Portugal continental.

As espécies florestais de maior relevo são:

| | |
|----------------------|--------------|
| Pinheiro bravo | 1 407 000 ha |
| Sobreiro | 758 000 ha |
| Azinhheiro | 610 000 ha |
| Eucalipto | 155 000 ha |

No que respeita às províncias ultramarinas, a importância económica da floresta tem relevo em Angola.

QUAL A POSIÇÃO DA PESCA NA ECONOMIA NACIONAL ?

A costa de Portugal continental representa 40 % do contorno do País. Se bem que as águas territoriais não ofereçam grande variedade de espécies de peixe, a pesca constitui no entanto valiosa actividade económica, quer pelo valor total da pesca desembarcada, quer pelo número de pescadores que se lhe dedicam.

| | <i>Milhares de escudos</i> | <i>Número de pescadores</i> |
|------|----------------------------|-----------------------------|
| 1965 | 1 845 953 | 38 550 |
| 1968 | 2 139 914 | 39 537 |

A pesca da sardinha e do atum está na origem de uma das mais importantes indústrias portuguesas — a de conservas de peixe — que dá grande contributo à balança comercial metropolitana. O bacalhau, que a frota portuguesa vai pescar aos bancos da Terra Nova e Gronelândia, tem interesse na alimentação, pois a cozinha portuguesa utiliza-o larga e variadamente.

Nas províncias ultramarinas, a pesca ocupa posição económica secundária, excepto em Angola. A quantidade de peixe desembarcada nos portos angolanos foi a seguinte:

| | <i>Toneladas</i> | <i>Milhares de escudos</i> |
|------|------------------|----------------------------|
| 1965 | 256 656 | 177 961 |
| 1968 | 293 409 | 197 465 |



A pesca ocupa lugar de relevo na economia nacional.

A indústria de farinha de peixe é importante nesta província, onde a produção atingiu 46 457 toneladas em 1968, avaliadas em 139 611 milhares de escudos.

NO CONTINENTE QUAL É A CONTRIBUIÇÃO DAS ACTIVIDADES PRIMÁRIAS PARA O PRODUTO NACIONAL BRUTO ?

Em 1968, a agricultura, silvicultura, pecuária e pesca no continente contribuíram para o produto nacional bruto com um total de 23 264 milhões de escudos, a preços correntes.

É IMPORTANTE A INDÚSTRIA EXTRACTIVA ?

Apesar de uma apreciável variedade mineralógica, o subsolo continental não é rico. Deste condicionalismo resulta que a indústria extractiva mineira não desempenha papel económico de relevo. Em 1968, a contribuição do sector para o produto nacional bruto totalizou 769 mil contos (a preços correntes).

Os mais importantes minerais extraídos no continente, naquele mesmo ano, foram (em milhares de escudos):

| <i>Minérios metálicos</i> | | <i>Minérios não metálicos</i> | |
|---------------------------|------------------|-------------------------------|------------------|
| | <i>1000 esc.</i> | | <i>1000 esc.</i> |
| Minério de cobre: | | De enxofre: | |
| Cobre | 125 133 | Pirites de ferro cupríferas: | |
| Minério de volfrâmio: | | Cobre | } 150 400 |
| Anidrido lúngstico . . . | 203 893 | Ferro | |

Deve citar-se também a extracção de mármore, cuja produção atingiu o valor de 103 843 mil escudos, em 1968.

No sector da indústria extractiva revestem-se da maior importância a prospecção e exploração dos jazigos nacionais de urânio, cujos trabalhos são efectuados pela Junta de Energia Nuclear com vista à obtenção de matérias-primas necessárias à produção do urânio metálico e à sua utilização.

Quanto ao ultramar, as províncias de Angola e Moçambique possuem um subsolo riquíssimo, pro-

cedendo-se actualmente a importantes trabalhos de pesquisa. Nos dois últimos anos a produção mais significativa atingiu os seguintes números:

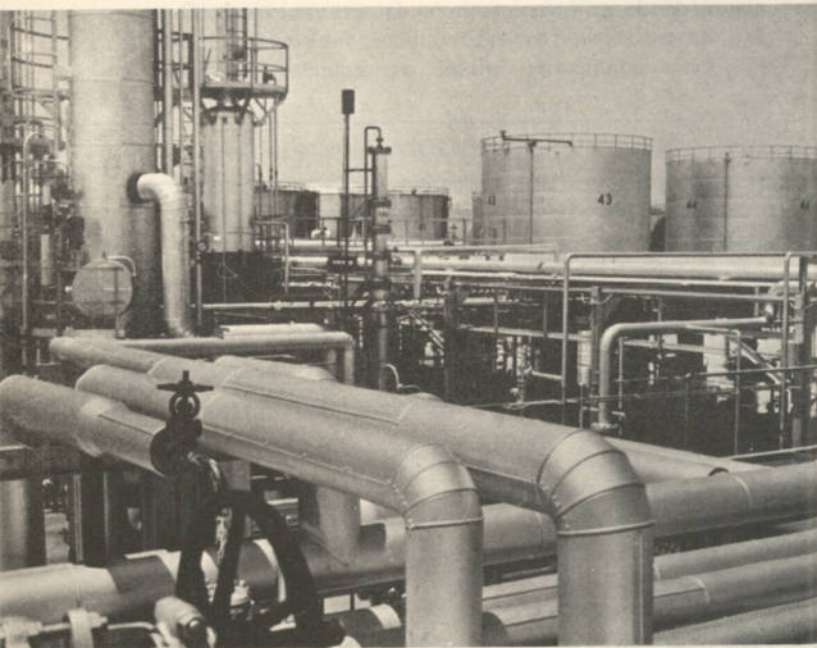
ANGOLA

| Anos | Diâmantes | | Minérios de ferro | | Petróleo bruto | |
|------|-----------|---------------------|-------------------|---------------------|----------------|---------------------|
| | Carates | Milhares de escudos | Toneladas | Milhares de escudos | Toneladas | Milhares de escudos |
| 1967 | 1 288 501 | 1 219 786 | 1 154 303 | 244 833 | 537 152 | 253 865 |
| 1968 | 1 667 000 | 1 607 818 | 3 218 212 | 466 410 | 749 514 | 355 142 |

MOÇAMBIQUE

| Anos | Carvão | | Columbotantalite | | Berilo | |
|------|-----------|---------------------|------------------|---------------------|-----------|---------------------|
| | Toneladas | Milhares de escudos | Toneladas | Milhares de escudos | Toneladas | Milhares de escudos |
| 1967 | 281 935 | 35 242 | 85 | 25 339 | 169 | 1 530 |
| 1968 | 314 408 | 39 301 | 61 | 16 466 | 95 | 1 272 |

A extracção de petróleo em Angola, particularmente em Cabinda, oferece as melhores perspectivas de desenvolvimento.



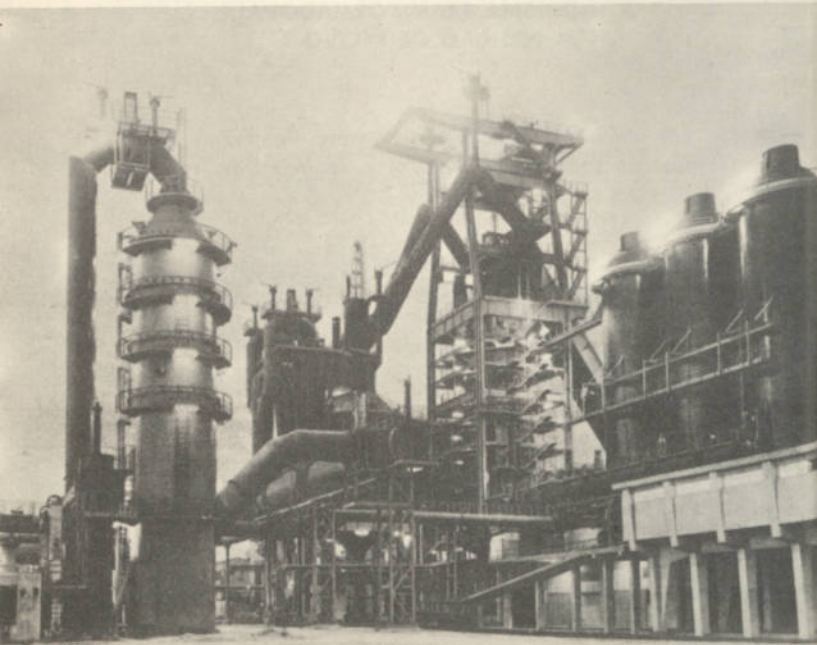
Refinaria de petróleo — Moçambique.

A INDÚSTRIA TRANSFORMADORA TEM POSIÇÃO DE RELEVO ?

Em 1968, a produção das mais significativas indústrias transformadoras foi a seguinte, em milhares de escudos:

| | |
|---|---------------|
| Enlatamento e conservação de peixe e outros produtos da pesca | 736 349 |
| Fabricação e refinação de açúcar ... | 1 213 569 |
| Indústria do tabaco | 1 480 256 |
| Artigos de cortiça | 2 426 352 |
| Indústria de construção de material de transporte, construção e reparação naval | 1 408 961 (*) |
| Construção e montagem de automóveis | 1 993 506 |
| Adubos químicos elementares | 1 309 903 |
| Moagem de farinhas espodadas | 2 373 533 |
| Conservas de frutas e produtos hortícolas | 1 133 469 |
| Têxteis de algodão, de fibras artificiais e sintéticas, e mistos | 4 637 948 |
| Têxteis de lã e outras fibras | 1 264 158 |
| Fabricação de malhas | 2 180 733 |
| Refinação de petróleo bruto | 1 718 740 |

(*) Continente e ilhas adjacentes.



A siderurgia desempenha importante papel
no desenvolvimento económico do País.

A refinação de petróleo aumentou a capacidade de produção para 1 500 000 toneladas anuais.

QUAL É O CONTRIBUTO DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA PARA O RENDIMENTO NACIONAL BRUTO DE PORTUGAL CONTINENTAL ?

As indústrias transformadoras, em 1968, contribuíram para o produto nacional bruto com uma verba de 45 976 milhares de contos a preços correntes, verba que em 1967 foi de 40 799 milhares de contos.

E NAS PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS ?

O sector da indústria transformadora teve rápido desenvolvimento nos últimos cinco anos.

Angola e Moçambique — províncias ultramarinas onde o progresso industrial é mais acentuado — registaram em 1968, nos sectores mais significativos da indústria transformadora, a produção indicada no quadro da página seguinte.

Devem ainda citar-se actividades em acentuada evolução, como: a fiação e tecelagem de

| | Angola | | Moçambique | |
|---------------------------------|-----------|---------------------|------------|---------------------|
| | Toneladas | Milhares de escudos | Toneladas | Milhares de escudos |
| Moagem : | | | | |
| Farinha de trigo | 71 508 | 230 742 | 50 474 | 223 357 |
| Refinação de açúcar | 65 213 | 245 057 | 214 452 | 847 416 |
| Chá | — | — | 14 250 | 314 487 |
| Peixe seco | 30 634 | 202 709 | — | — |
| Descaroçamento de algodão : | | | | |
| Algodão em rama | 14 231 | 241 703 | 38 517 | 661 908 |
| Amêndoa de castanha de caju . . | — | — | 11 659 | 324 193 |
| Farinha de peixe . . | 46 457 | 139 611 | — | — |
| Cerveja (1000 l) . . | 53 140 | 473 248 | 26 902 | 222 907 |
| Óleos alimentares | — | — | 20 072 | 237 617 |
| Cimento | 311 687 | 199 567 | 285 734 | 205 711 |
| Tabaco manufacturado | 1 844 | 291 918 | 2 047 | 267 776 |
| Refinação de petróleo : | | | | |
| Gasóleo | 135 452 | 164 479 | 246 916 | 259 885 |
| Fuel oil | 354 442 | 175 137 | 361 066 | 165 304 |
| Petróleo | 8 254 | 11 287 | — | — |
| Gasolinas | 65 882 | 86 727 | 140 183 | 165 915 |

algodão, a montagem de aparelhos eléctricos, o fabrico de pneus e câmaras-de-ar, etc. Outras indústrias estão já montadas ou em via de instalação.

E AS INDÚSTRIAS DE BASE ?

Merecem referência, devido ao papel que desempenham no desenvolvimento do País: a indústria siderúrgica, a metalúrgica do cobre, do estanho e dos metais não ferrosos, a indústria de equipamentos pesados para a agricultura e camiões de ferro e a construção e reparação naval.

A montagem de automóveis e camiões faz-se, actualmente, com larga incorporação de mão-de-obra e produtos nacionais.

A indústria de construção e reparação naval que dispõe da maior doca seca da Europa teve nítido desenvolvimento a partir de 1968.

No sector da indústria química básica, tem especial importância a produção de fertilizantes que, em 1968, atingiu a verba de 2645 milhões de escudos, a de ácido sulfúrico e nitrogénio.

Nas províncias de Angola e Moçambique regista-se um esforço de desenvolvimento das indústrias metalúrgicas, metalomecânica, celulósica e de pasta para papel. A instalação de outras indústrias encontra-se já em estudo.

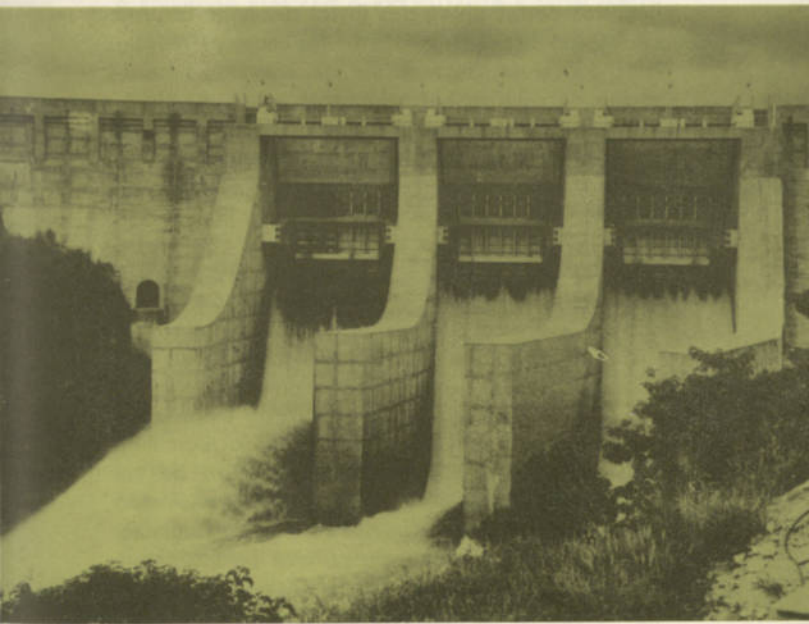
ONDE SE ENCONTRAM AS MAIORES BARRAGENS ?

As mais importantes barragens de Portugal continental estão situadas no Norte do País, zona de forte pluviosidade sulcada de rios que percorrem regiões montanhosas de clima atlântico. Do aproveitamento das principais bacias hidrográficas — Tejo, Mondego, Douro e Cávado — resultou a construção de grandes barragens e centrais hidroeléctricas, como as de Castelo do Bode, Cabril, Bouçã, Miranda, Picote, Bemposta, Salamonde, Caniçada, Paradela, Rabagão, etc.

Algumas destas barragens são particularmente importantes: Castelo do Bode — energia produtível 400 GWh; Cabril — energia produtível 280 GWh; Paradela — energia produtível 260 GWh; Picote — energia produtível 1000 GWh.

HÁ BARRAGENS IMPORTANTES NAS PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS ?

Sem dúvida. A extensão e os recursos de Angola e Moçambique justificam que nessas duas províncias o problema do aproveitamento da energia hidráulica se revista da maior importância; tam-



Barragem das Mabubas — Angola

bém nas outras províncias já foi resolvido ou está em estudo o aproveitamento dos recursos hidráulicos existentes, susceptíveis de permitir a construção de centrais hidroeléctricas.

Das barragens construídas em Angola merecem especial referência: a de Cambambe, no rio Cuanza, que tem uma potência instalada de 160 000 KWh e uma produtividade de 1250 GWh; a das Mabubas, sobre o rio Dande; a de Matala, sobre o rio Cunene; e a do Biópio, sobre o rio Catumbela, que asseguram o abastecimento de energia eléctrica a importantes zonas industriais.

Em Moçambique, o aproveitamento do rio Zambeze, com o seu gigantesco potencial energético, é uma empresa grandiosa. Desse empreendimento a Barragem de Cabora-Bassa, actualmente em construção, constitui a infra-estrutura de um plano vastíssimo que visa o desenvolvimento agro-silvo-pastoril e industrial do vale do Zambeze. A Barragem de Cabora-Bassa, que será a chave de todo o sistema, terá uma potência instalada de 3 600 000 kW e a produção anual de energia hidroeléctrica atingirá 18 500 milhões de kWh.

A central da Barragem de Chicamba, alimentada pelo Revué, tem uma potência total de 36 MW, com possibilidade de aumento; a Barragem de Mavuzi, cuja central tem uma capacidade de energia de 160 GWh, serve uma área em promissor desenvolvimento.

A ENERGIA ELÉCTRICA PRODUZIDA É SUFICIENTE PARA AS NECESSIDADES DA INDÚSTRIA ?

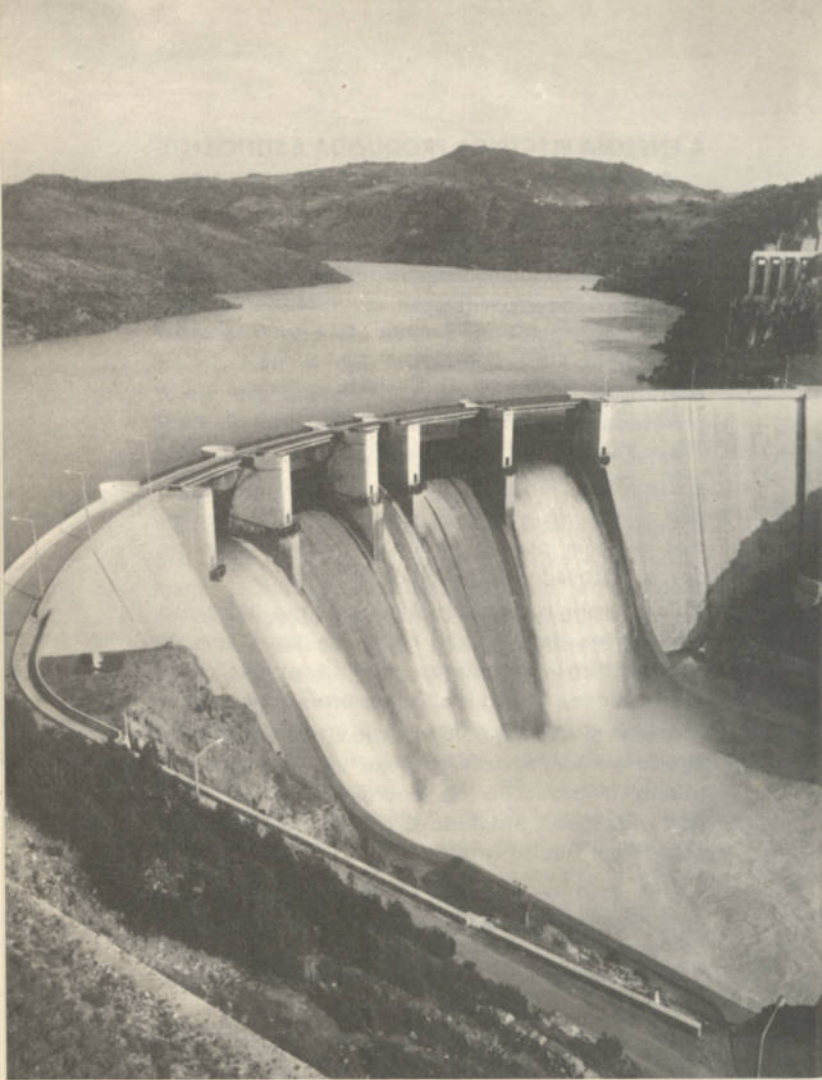
Como consequência da modificação registada na política de electrificação em 1944, verificou-se um nítido impulso no sentido do aproveitamento da energia hidroeléctrica, o que se traduziu na construção de importantes barragens que visam corresponder às necessidades industriais do País.

Actualmente as perspectivas deste sector são satisfatórias, não só porque a produção de energia das centrais já existentes poderá ainda aumentar, mas também porque se encara a construção de novos aproveitamentos hidroeléctricos.

Para suprir a insuficiência de energia hidráulica nas regiões onde faltam cursos de água com as características necessárias para a produção de electricidade, construíram-se centrais térmicas.

A central térmica do Carregado, que em 1968 foi ligada à rede nacional, trouxe um precioso contributo à produção de energia eléctrica, dado que a potência instalada é de 500 000 kW, distribuídos em quatro grupos de 125 000 kW.

Nas províncias ultramarinas, a produção de energia eléctrica ainda não satisfaz totalmente as necessidades de industrialização, sobretudo em Angola, porque o ritmo de desenvolvimento é



acelerado. A construção, prevista, de novos aproveitamentos hidroeléctricos e de centrais térmicas abrirá novas perspectivas ao sector da energia eléctrica.

QUAL A SITUAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERNO NA METRÓPOLE ?

A balança comercial metropolitana regista um volume de importações superior ao das exportações o que se explica, em parte, pelo esforço empreendido para a industrialização do País.

O valor total das importações e das exportações, em 1968, foi de:

IMPORTAÇÃO

Milhares de toneladas

7 054

Milhares de contos

33 858

EXPORTAÇÃO

3 465

21 917

Principais mercadorias importadas em 1968:

| | <i>Milhares de contos</i> |
|--|-------------------------------|
| Cereais, açúcar, sementes e frutos oleaginosos | 2912 |
| Petróleo ou óleo de xistos, em bruto, e óleos provenientes da destilação do petróleo | 2245 |
| Algodão em rama | 1712 |
| Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos | 4375 |
| Ferro fundido, ferro macio e aço | 1849 |
| Veículos automóveis, tractores e bicicletas | 2622 |
| Gemas em bruto, lapidadas ou de outro modo trabalhadas | 1584 |
| Matérias plásticas artificiais | 1176 |

Principais mercadorias exportadas em 1968:

| | |
|--|------|
| Cortiça e obras de cortiça | 1564 |
| Peixe preparado e conservado | 1207 |
| Vinhos | 1672 |
| Sumo concentrado (calda) | 908 |
| Matérias têxteis (algodão) | 1977 |
| Vestuário e acessórios de vestuário (de tecido) | 987 |
| Gemas em bruto, lapidadas ou de outro modo trabalhadas | 1289 |

Os produtos agrícolas, silvícolas e da pesca ocupam um lugar predominante na exportação.

Para além dos produtos da indústria tradicional outros, provenientes de indústrias recentemente montadas ou reequipadas, estão a dar crescente contributo à balança de comércio externo.

E A DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO COMÉRCIO EXTERNO METROPOLITANO ?

Em 1968, o comércio externo metropolitano, segundo as zonas geográficas, distribuiu-se do seguinte modo (milhares de contos):

| | <i>Importação</i> | <i>Exportação</i> |
|--|-------------------|-------------------|
| Com as províncias ultramarinas | 5 343 | 5 475 |
| Com o Mercado Comum | 11 342 | 3 646 |
| Com a EFTA | 7 625 | 7 520 |
| Com a OCDE | 23 631 | 14 313 |
| Com os Estados Unidos da América | 2 469 | 2 313 |

QUAL A SITUAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERNO DO ULTRAMAR ?

O ritmo de crescimento das importações é mais rápido que o das exportações, mas está a procurar atenuar-se esta diferença através de uma política de diversificação da produção agrícola, de aproveitamento de novos recursos e de fomento da industrialização.

O volume total das importações e exportações ultramarinas, em 1968, não incluindo a Guiné, foi de:

Importações: 2 931 milhares de toneladas
17 643 milhares de contos

Exportações: 6 188 milhares de toneladas
13 401 milhares de contos

Quanto à **importação**, devem mencionar-se como produtos que mais pesaram na balança comercial, os seguintes: produtos agrícolas, produtos alimentares, têxteis, máquinas e aparelhos, material eléctrico, veículos e atrelados, obras de ferro macio ou aço, partes, peças separadas e acessórios para automóveis.

Os mais significativos produtos de **exportação** das províncias ultramarinas foram, naquele mesmo ano:

Sector agrícola: café (de que Angola exportou 3 531 278 contos), açúcar, sisal, cacau (S. Tomé exportou 196 569 contos), copra, chá, castanha de caju (Moçambique é um dos maiores exportadores mundiais — 695 191 contos).

Sector industrial: diamantes (Angola exportou 1 361 761 contos), minério de ferro, farinha de peixe, algodão em rama, derivados do petróleo, tabaco manipulado.

No conjunto das exportações predominaram os produtos agrícolas.



As «Pousadas» são instalações hoteleiras construídas pelo Estado, de acordo com a política seguida a partir de 1942.

O TURISMO

O TURISMO REGISTOU UMA EVOLUÇÃO SENSÍVEL NA METRÓPOLE ?

A política de turismo definida há anos traduziu-se em medidas de valorização do património artístico nacional, na construção de equipamento hoteleiro dotado de características nitidamente regionais (as «Pousadas»), na valorização do folclore e do artesanato como elementos preciosos da tradição popular, na instalação de parques de campismo, etc.

A partir destas estruturas, e tirando vantagem das extraordinárias condições naturais do País, deu-se, em 1963, o arranque do turismo nacional para uma fase de acentuadas características económicas.

Os resultados obtidos, no que respeita às receitas e ao número de turistas entrados na metrópole, traduzem o esforço desencadeado neste sector.

TURISTAS ENTRADOS NA METRÓPOLE

| Anos | Milhares | Valores (1000 esc.) |
|------|-----------|------------------------|
| 1960 | 350,7 (a) | 678 000 |
| 1963 | 514,1 (a) | 2 142 000 |
| 1964 | 1007,6 | 3 480 000 |
| 1968 | 2510,6 | 5 786 000 |

(*) Sòmente Portugal continental.

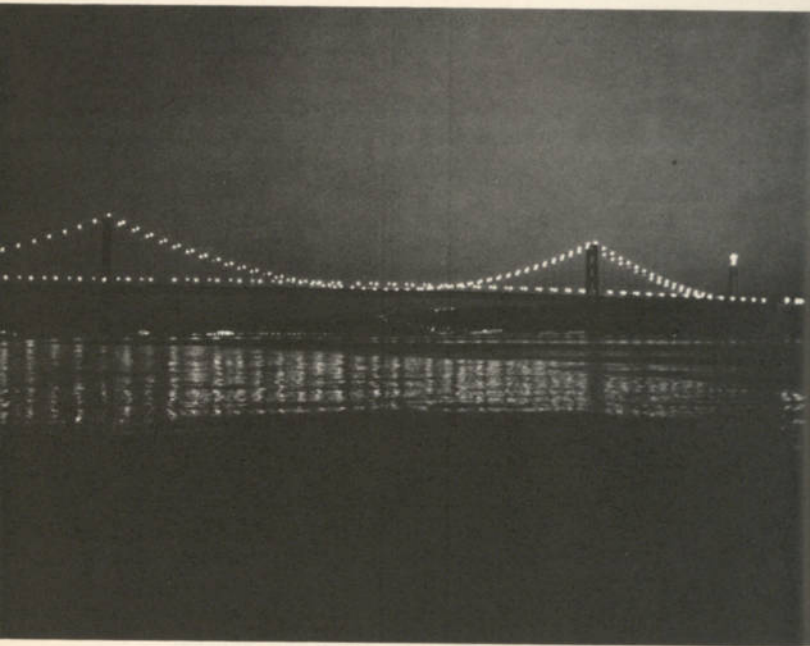
QUAL É A POSIÇÃO DO TURISMO EM CONFRONTO COM O COMÉRCIO EXTERNO ?

Se compararmos as receitas que o Turismo proporciona com as que provêm de algumas das mercadorias tradicionais da exportação metropolitana e de outras originadas em indústrias recentemente montadas ou reequipadas, verificaremos que as receitas do turismo ultrapassaram, em 1968, as receitas conjuntas de algumas das mais importantes exportações metropolitanas. A análise dos números assim mostra. Exportações metropolitanas em milhares de escudos: conservas de peixe (1 207 000), vinhos (1 672 120), materiais têxteis de algodão (1 977 512). Receita turística: 5 786 000 milhares de escudos.

TEM RELEVO O TURISMO NO ULTRAMAR ?

O movimento turístico nas províncias ultramarinas vem-se acentuando, desde há alguns anos, especialmente nas províncias de Angola, Moçambique e Macau.

Esta evolução, tão favorável à balança comercial daquelas terras, é consequência não só das magníficas condições naturais que possuem mas também da renovação das infra-estruturas turísticas. De facto, os bons hotéis existentes, as reservas de caça, os parques de campismo, as diversões criadas constituem atractivos para o viajante, quer ele deseje tranquilidade, quer procure a excitação do bulício.



A Ponte Salazar, que une Lisboa à margem esquerda do Tejo, é a maior da Europa.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TÊM ESPECIAL SIGNIFICADO OS SERVIÇOS DE TRANSPORTE EM PORTUGAL ?

Portugal dispõe de uma rede de comunicações e transportes que assegura a ligação entre os principais centros urbanos e económicos do espaço nacional, facto que se reveste de particular significado no que respeita ao estreitamento dos laços que unem a metrópole às diversas parcelas de território situadas em África, Ásia e Oceânia.

E A REDE RODOVIÁRIA ?

A metrópole é servida por uma rede de estradas com a extensão de 32 046 km, sendo 19 795 km de estradas nacionais e 12 251 km de estradas municipais.

No intuito de melhorar a circulação rodoviária, têm sido construídas várias pontes importantes, entre as quais a Ponte Marechal Carmona, em Vila Franca de Xira, a da Arrábida, sobre o rio

Douro, e a Ponte Salazar, sobre o Tejo. A Ponte Salazar, inaugurada em 1966, é a maior da Europa. O tabuleiro rodoviário, situado a 70 m acima do nível do mar, permite a livre passagem dos grandes navios que demandam o porto de Lisboa.

No que respeita à rede rodoviária das províncias ultramarinas, está a ser melhorada e aumentada, embora a natureza geográfica de algumas províncias constitua frequente obstáculo à existência de estradas em boas condições.

QUAL A IMPORTÂNCIA DOS CAMINHOS DE FERRO ?

A rede ferroviária continental tinha, em 1968, um total de 3592 km. O tráfico ferroviário registou, nesse mesmo ano, a seguinte actividade:

| | |
|---|---------|
| Passageiros transportados (milhares) | 141 843 |
| Mercadorias transportadas (milhares de toneladas) | 3 609 |

A par dos caminhos de ferro existe uma rede de camionagem, em expansão, que não só assegura o transporte colectivo dos passageiros para

os aglomerados ainda não servidos pelo caminho de ferro, mas mantém intensa actividade no que respeita à circulação de mercadorias.

Nas províncias de Angola e Moçambique, a rede de transportes ferroviários não alcançou ainda a desejada extensão.

O traçado actual permite, porém, corresponder às principais necessidades internas de circulação de pessoas e bens, visto ligar os centros de maior relevo. Estes transportes servem também os interesses económicos de algumas regiões dos territórios vizinhos, como acontece com as linhas que, partindo de Lourenço Marques, se dirigem para a África do Sul, Suazilândia e Rodésia, e, em Angola, com o caminho de ferro de Benguela que liga à República Democrática do Congo (antigo Congo Belga).

TEM RELEVO A ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELA MARINHA MERCANTE ?

Os transportes marítimos desempenham papel de grande importância na circulação de pessoas e mercadorias, dado o facto de a Nação portuguesa ser constituída por províncias a que três oceanos servem de meio de comunicação.

Os números seguintes evidenciam, claramente, a actividade deste sector de transportes:

MOVIMENTO DE MERCADORIAS TRANSPORTADAS PELA FROTA MERCANTE NACIONAL
(Portos do Continente)

| <i>Anos</i> | <i>Mercadorias carregadas com destino às províncias ultramarinas e estrangeiro (Toneladas)</i> | <i>Mercadorias descarregadas procedentes das províncias ultramarinas e estrangeiro (Toneladas)</i> |
|-------------|--|--|
| 1967 | 629 525 | 2 726 428 |
| 1968 | 679 779 | 3 001 787 |

A marinha mercante nacional dispõe, actualmente, de algumas unidades modernas de transporte de longo curso, como por exemplo os paquetes «Príncipe Perfeito», «Beira» e «Porto». Os números relativos à tonelagem da marinha mercante evidenciam a sua evolução:

MARINHA MERCANTE

| <i>Anos</i> | <i>Tonelagem D. W.</i> | <i>Tonelagem bruta</i> |
|-------------|------------------------|------------------------|
| 1960 | 591 589 | 474 630 |
| 1968 | 753 832 | 620 128 |

E AS LINHAS AÉREAS ?

As linhas nacionais asseguram os transportes aéreos não só na metrópole, para o que dispõem de aeródromos de base, mas também para o ultramar e para o estrangeiro.

À excepção de Macau, todas as províncias ultramarinas possuem serviços internos de transportes aéreos, que são financiados pelo Estado e funcionam com base numa vasta rede de aeródromos e campos de aterragem. Estes serviços regulares são completados por serviços de táxis aéreos.

O movimento da navegação aérea na metrópole, durante os anos de 1967 e 1968, foi o seguinte:

| Anos | Aviões entrados | Passageiros | | Mercadorias (Quilogramas) | |
|------|--------------------|-------------|--------------------|------------------------------|---------------|
| | | Embarcados | Desembar- cados | Carregadas | Descarregadas |
| 1967 | 19 865 | 801 729 | 777 978 | 4 975 528 | 5 180 330 |
| 1968 | 21 691 | 905 483 | 879 048 | 6 819 835 | 7 099 213 |

SAÚDE E ASSISTÊNCIA

QUAIS AS ACTIVIDADES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NA METRÓPOLE ?

À Direcção-Geral de Saúde, dependente do Ministério da Saúde e Assistência, compete adoptar as medidas profilácticas e terapêuticas indispensáveis à defesa e protecção da saúde, à melhoria das condições fisiológicas da população, à prevenção e combate das doenças endémicas e epidémicas.

Incumbe-lhe especialmente:

Elaborar e executar planos de acção sanitária; promover a protecção da saúde das populações e a elevação do seu nível sanitário; exercer a medicina preventiva e promover o combate de endemias e epidemias; cuidar da higiene e salubridade urbana, rural, pública e habitacional e ainda da higiene do trabalho e das indústrias; promover a higiene da alimentação e da nutrição das populações e das indústrias alimentares; zelar pela defesa sanitária dos portos, fronteiras e transportes colectivos; fiscalizar o exercício de medicina e das profissões auxiliares e orientar o exercício de farmácia e a comprovação de medicamentos.

Todos os serviços de medicina preventiva e de profilaxia são prestados gratuitamente, não só por intermédio das Delegações e Subdelegações de Saúde mas ainda pelos Dispensários de Higiene Social, dispõem de diversos serviços preventivos e de consulta, de meios de diagnóstico e de laboratórios de Saúde Pública, orientados pelo Laboratório Central do Instituto Superior de Higiene.

A luta contra a tuberculose está confiada aos serviços do Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos, que dispõe de sanatórios e dispensários distribuídos pelo País. Além destes organismos existem o Instituto de Assistência Psiquiátrica e o Instituto Nacional de Sangue, que exercem missão específica.

HA PROBLEMAS DE SAÚDE EM VIAS DE EXTINÇÃO NA METRÓPOLE ?

Três problemas sanitários, outrora de grande importância na metrópole, estão em vias de extinção: o paludismo, que foi combatido e praticamente erradicado pelo Serviço de Higiene Rural e Defesa Anti-sezonática; a lepra, em vias de supressão, e a varíola que foi erradicada, desde 1954.

Devido a uma intensa campanha de vacinação, registou-se também uma diminuição muito sensível dos casos de poliomielite.

METRÓPOLE

Número de inoculações contra a poliomielite:

| | |
|------------|-----------|
| 1966 | 1 871 140 |
| 1968 | 1 333 854 |

Mercê da actividade dos Serviços dependentes da Direcção-Geral de Saúde, o nível sanitário das populações tem sido progressivamente melhorado.

E NO ULTRAMAR ?

No que respeita ao ultramar a luta contra a doença do sono (tripanossomiase africana) está organizada, em Angola, Moçambique e Guiné, pelas missões de combate às tripanossomíases.

A profilaxia da lepra e da tuberculose e o tratamento dos respectivos doentes são assegurados em todas as províncias, havendo em Angola e Moçambique serviços especiais de combate a estas doenças.

A luta contra o paludismo é praticada em todas as províncias assim como a profilaxia da varíola; inúmeras vacinações e revacinações são feitas

todos os anos. Têm-se realizado, em grande escala, campanhas de medicina preventiva, estando outras em curso. Destacam-se as de erradicação do paludismo em Cabo Verde, Moçambique e Timor; as da luta contra a tuberculose em Cabo Verde e na Guiné; a de erradicação das boubas e de educação sanitária em Moçambique.

COMO ESTÃO ORGANIZADOS OS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA ?

Os serviços de assistência, que estão integrados no Ministério da Saúde e Assistência, concentram-se numa Direcção-Geral, de que dependem diversos institutos especializados em cada uma das modalidades assistenciais.

A assistência compete, em princípio, aos particulares, cabendo ao Estado acção meramente supletiva. A quase totalidade dos estabelecimentos de assistência pertence, assim, a associações ou fundações criadas pelos particulares.

Entre as associações, avultam as «Santas Casas da Misericórdia», organismos de origem religiosa criados no século XV pela rainha D. Leonor, sobre os quais assenta, praticamente, toda a rede hospitalar do País. A principal característica destes organismos é a multiplicidade das suas activi-

dades: além da hospitalar, as Misericórdias mantêm, em regra, serviços de protecção à infância, aos adolescentes e aos inválidos.

Independentemente das Misericórdias, tem-se desenvolvido a criação de centros de assistência social, organizados também sob a forma associativa.

Assinale-se ainda que, em 1965, nos termos de um acordo assinado entre a «Assistência na Doença aos Servidores do Estado» e a Direcção-Geral dos Hospitais, a assistência aos funcionários públicos foi garantida no que diz respeito à obstetrícia, cirurgia geral e especializada, quer em regime de internato, quer em regime ambulatório. Em Abril de 1969 a A. D. S. E. passou a assegurar participação no custo das consultas de clínica geral e especialidade, e a partir de Outubro do mesmo ano participação de 50 % no custo dos remédios.

E OS SERVIÇOS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DO ULTRAMAR ?

A direcção, orientação, coordenação e supervisão dos serviços de saúde e assistência das províncias ultramarinas estão confiados à Direcção-Geral de Saúde e Assistência do Ultramar, a que superintende o Ministério do Ultramar.



A Nação Portuguesa é uma comunidade multirracial.

São seus organismos dependentes: a Escola Nacional de Saúde Pública e Medicina Tropical, em Lisboa, destinada a especializar em medicina tropical os médicos que desejem exercer clínica no Ultramar, e o Hospital do Ultramar que presta assistência médico-cirúrgica aos portadores de doenças adquiridas no ultramar.

Cada província ultramarina possui, como serviços centrais, uma direcção ou repartição provincial de serviços que é responsável, perante o respectivo governo, pela execução de todas as actividades do serviço. Junto dos serviços centrais funcionam serviços especializados.

QUAL A SUA MISSÃO ?

Os Serviços de Saúde e Assistência do Ultramar têm por missão:

- a) Promover a defesa e protecção da saúde das populações; a sua educação sanitária, a melhoria das suas condições fisiológicas e a prevenção e combate das doenças endémicas e epidémicas;
- b) Estabelecer normas de salubridade urbana, rural e habitacional, de higiene do trabalho e das indústrias;
- c) Promover o saneamento do território;

- d) Proteger e amparar os indivíduos e seus agrupamentos naturais contra carências e flagelos cuja prevenção caiba nos planos gerais de assistência;
- e) Manter sempre actualizado o estudo das necessidades efectivas da assistência sanitária contra os grandes flagelos sociais e as endemias, por forma a, quando necessário, se poder organizar o seu combate metódico;
- f) Promover o desenvolvimento da medicina social com carácter essencialmente preventivo e educativo.

A QUEM PERTENCEM OS HOSPITAIS E A QUEM CABE A SUA ADMINISTRAÇÃO ?

Há duas espécies de hospitais, quanto à propriedade, sustentação e administração: os oficiais e os particulares.

Os primeiros são criados, sustentados e administrados pelo Estado. São particulares os hospitais criados, sustentados e administrados pelas «Santas Casas da Misericórdia» ou outras instituições particulares, embora o Estado contribua com fundos para o seu funcionamento.

As «Santas Casas da Misericórdia» são instituições privadas, de assistência, sob a forma de



Hospital Escolar de S. João — Porto.

confrarias, dependentes do poder civil, como qualquer outra pessoa colectiva de interesse público.

Os hospitais pertencentes às Misericórdias totalizam 17 225 camas.

Em Portugal os hospitais, oficiais ou particulares, obedecem à orientação técnica dos órgãos estaduais e estão sujeitos à tutela administrativa do Estado que lhes aprova os orçamentos e julga as contas.

Nos hospitais oficiais quando a situação económica do doente justifica, é concedido gratuitamente auxílio médico, cirúrgico e terapêutico.

COMO ESTÁ ORGANIZADA A PROTECÇÃO AOS MENORES ?

Para os menores, órfãos abandonados ou jovens cujas irregularidades familiares lhes não permitam a permanência e educação no próprio lar, existem os estabelecimentos oficiais e particulares adequados: internatos com formação profissional, escolas de reeducação, semi-internatos profissionais e educativos, casas de trabalho, colónias de férias, etc.

Os internatos oficiais denominam-se «Casa Pia» e constituem organismos de prestígio, em especial a «Casa Pia de Lisboa», criada no reinado de

D. José. Os restantes internatos, existentes sobretudo nas sedes de distrito ou pertencem às Misericórdias ou são propriedade de associações ou fundações particulares.

Para os menores necessitados que podem viver no meio familiar existem os semi-internatos, muitos deles com ensino profissional adequado, ou com actividades complementares dos estabelecimentos dependentes do Ministério da Educação Nacional.

Estes estabelecimentos são coordenados e orientados sob o ponto de vista técnico pelo Instituto de Assistência aos Menores que dispõe, para o efeito, de serviços adequados.

No caso de anomalias familiares, procura-se, de preferência, a colocação dos menores em agregados familiares de idoneidade reconhecida.

E A PROTECÇÃO SOCIAL À MATERNIDADE, PRIMEIRA INFÂNCIA E À FAMÍLIA ?

Neste sector, o Estado interfere directamente na prestação de assistência, intervenção que é exigida pela necessidade de especialização técnica mais desenvolvida do que nas outras modalidades.

A protecção materno-infantil é coordenada e orientada pelo Instituto Maternal que, para o efeito, dispõe de delegações e subdelegações nas principais cidades do País.

O esquema de protecção à maternidade e à infância é assegurado por uma rede de estabelecimentos oficiais e particulares — dispensários, creches, jardins de infância, abrigos infantis, abrigos maternais, maternidades, casas de parto, etc.

Ao Instituto de Assistência à Família compete favorecer a família na sua constituição, exercendo sobre ela acção educativa e orientadora, e promovendo a melhoria das suas condições. Essa acção exerce-se através de delegações em todas as capitais de distrito, e de subdelegações nas sedes dos concelhos, para o que dispõem de assistentes sociais cujas actividades são complementares de todos os outros serviços de assistência.

E OS SERVIÇOS DE PROTECÇÃO AOS INVÁLIDOS ?

A protecção e reeducação dos inválidos é assegurada por internatos oficiais e particulares existentes em diversos pontos do País, e por centros de readaptação situados sobretudo em Lisboa, Porto e Braga.

Todas as actividades são orientadas e coordenadas pelo Instituto de Assistência aos Inválidos que para isso dispõe de serviços técnicos apropriados.

PREVIDÊNCIA E TRABALHO

EM QUE SECTORES INCIDE, PRINCIPALMENTE, A POLÍTICA SOCIAL DO ESTADO ?

No que respeita à política social, os esforços do Governo têm incidido, especialmente, nos sectores da Saúde e Assistência, da Previdência Social e do Fomento da Habitação Económica.

Nos sectores da Saúde e Assistência e da Previdência Social, cabe ao Estado estabelecer os planos de ordem geral, e orientar, coordenar e fiscalizar a acção exercida pelas instituições.

A política de saúde e assistência tem por objectivo o combate à doença e a prevenção das carências do indivíduo e dos seus grupos sociais.

COMO É CONSTITUÍDO O SISTEMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL ?

O sistema da Previdência Social é constituído por instituições de variados tipos, sem carácter estadual, sendo umas de inscrição facultativa (Associações de Socorros Mútuos), e outras de inscrição obrigatória (Caixas Sindicais de Previdência e Caixas de Reforma ou de Previdência).

Estas últimas destinam-se a proteger os trabalhadores por conta de outrem do comércio, indústria e serviços públicos ou privados. Certas profissões liberais dispõem também de instituições de Previdência, privadas (Caixa de Previdência dos Advogados, Médicos, Engenheiros e Despachantes de Alfândega).

Os funcionários públicos, civis e militares estão abrangidos por instituições próprias que incluem também os funcionários das autarquias locais e outros servidores do Estado.

Os trabalhadores rurais e os trabalhadores dos centros piscatórios estão protegidos, respectivamente, por Casas do Povo e Casas dos Pescadores. Novos planos de aperfeiçoamento e expansão da Previdência Social nos meios rurais foram promulgados no início de 1969, cabendo às Casas do Povo larga actividade neste sector.

Os riscos cobertos pelas instituições de Previdência que protegem os trabalhadores do comércio, indústria e serviços são, em princípio, os seguintes: doença (compreendendo regime especial para a tuberculose), maternidade, encargos de família (tais como: abono de família e subsídios para casamento, nascimento e funeral), invalidez, velhice e morte.

A protecção à doença e à maternidade engloba prestação de assistência médica e farmacêutica e concessão de um subsídio pecuniário.

À margem dos compromissos regulamentares, as Caixas de Previdência podem proteger os trabalhadores e os membros de suas famílias, em caso de manifesta necessidade, através da atribuição de subsídios eventuais, no que são secundadas pela actuação de um serviço social.

A responsabilidade pela protecção contra acidentes de trabalho e doenças profissionais assenta, fundamentalmente, na entidade patronal, podendo esta ser transferida para uma Companhia de Seguros, de carácter privado. No entanto, a protecção contra os riscos das doenças profissionais, em especial a silicose, é feita através da Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais.

A protecção ao desemprego involuntário é concedida no caso de despedimento de pessoal provocado pela reorganização industrial (desemprego tecnológico); esta protecção consiste na atribuição, temporária, de um subsídio pecuniário, e na preparação dos trabalhadores desempregados para novas profissões.

QUAIS AS FORMAS DE FOMENTO DA HABITAÇÃO ECONÓMICA ?

O fomento da habitação económica assume múltiplas formas, que vão desde a construção de habitações pelo Estado e pelas Caixas de Previdência

até à sua distribuição em regime de propriedade resolúvel, de renda económica ou renda limitada; outra modalidade concede aos trabalhadores inscritos em instituições de previdência empréstimos, amortizáveis num prazo de 25 anos, para construção, aquisição e melhoramento de habitações próprias.

E QUANTO A SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES ?

As condições de prestação do trabalho estão regulamentadas pela lei, em termos gerais, mas encontram-se fixadas normas relativas aos diversos ramos de actividade, por intermédio de convenções colectivas. O Governo pode, também, regular as condições de trabalho nas diferentes actividades.

Os trabalhadores do comércio, da indústria e dos serviços podem constituir sindicatos assentes numa base profissional. Os trabalhadores rurais e dos centros piscatórios estão representados profissionalmente pelas «Casas do Povo» e pelas «Casas dos Pescadores».

A inscrição dos trabalhadores como membros dos sindicatos é facultativa. Em caso algum esta inscrição pode ser imposta pelas convenções colectivas. Os dirigentes dos sindicatos devem ser membros das profissões representadas pelos sindicatos.

| Anos | Sindicatos existentes | Sócios e contribuintes | Despesas com acção educativa e recreativa (1000 escudos) | Despesas com assistência social (1000 escudos) |
|------|-----------------------|------------------------|--|--|
| 1967 | 323 | 1 341 172 | 11 061 | 12 075 |
| 1968 | 325 | 1 385 943 | 12 628 | 16 282 |

O QUE SÃO AS CASAS DO POVO ?

Apontada como o elemento mais original da organização corporativa portuguesa, a Casa do Povo é um organismo de cooperação social que procura reflectir as características da nossa vida rural.

As Casas do Povo foram organizadas de acordo com a ideia de que, nos meios rurais, as condições económico-sociais não justificariam a organização e agremiação dos trabalhadores em organismos do género dos sindicatos. Elas possuem uma estrutura característica que permite admitir como sócios tanto proprietários como trabalhadores por conta de outrem.

Em princípio, a área de acção de uma Casa do Povo corresponde à de uma freguesia, não podendo ser superior à do concelho, embora em



A Casa do Povo é, nos meios rurais,
um organismo de cooperação social.

condições excepcionais possa abranger freguesias de diferentes concelhos.

De acordo com a lei, as Casas do Povo têm por finalidade: acção de previdência e assistência — protecção nos casos de doença, desemprego, invalidez e velhice; instrução e cultura popular; cooperação em obras de utilidade local; representação dos trabalhadores inscritos ou em condições legais de o serem. A estas atribuições podem ainda acrescentar-se: a promoção de cooperativas de produção e de consumo e a realização de pequenos empréstimos aos sócios efectivos.

E AS CASAS DOS PESCADORES ?

As Casas dos Pescadores são organismos de representação profissional e de cooperação social, dotadas de personalidade jurídica, que constituem a organização corporativa primária das actividades piscatórias. A sua área é delimitada pela da respectiva capitania, delegação marítima ou patronia. Cabe-lhes a representação profissional dos seus sócios e a realização dos objectivos de previdência, assistência e acção educativa, nomeadamente através da criação de centros de instrução, da protecção à maternidade, doença, invalidez, velhice e morte e da organização de cooperativas de produção e consumo.



Bairro de Pescadores — A organização corporativa construiu já 36 bairros na metrópole num total de 2352 fogos.

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

QUAL É O REGIME TRIBUTARIO PORTUGUÊS ?

O sistema fiscal português caracteriza-se por uma variedade de impostos que incidem sobre o rendimento de propriedade imobiliária, o rendimento comercial e industrial, o rendimento do trabalho e o de aplicação de capitais, acrescido de um imposto de sobreposição, o imposto complementar. É intenção do Governo Português adoptar, logo que possível, o imposto sobre o rendimento individual, cuja característica de maior relevo é possibilitar uma isenção mais efectiva do rendimento mínimo.

Em princípio, os impostos portugueses incidem não sobre o rendimento real mas sobre o rendimento normal, quer dizer, os lucros líquidos. De maneira geral, no que respeita a declarações de impostos não se faz distinção entre nacionais e estrangeiros, considerando-se apenas os rendimentos obtidos em Portugal.

QUAIS OS PRINCIPAIS IMPOSTOS ?

De acordo com a base tributária, os impostos mais importantes podem classificar-se da seguinte forma:

- Impostos sobre os rendimentos dos bens de raiz: contribuição predial rústica e contribuição predial urbana.
- Impostos sobre os rendimentos do comércio e da indústria: contribuição industrial.
- Impostos sobre os rendimentos da aplicação de capitais.
- Impostos sobre os rendimentos do trabalho: imposto profissional.
- Impostos progressivos sobre o rendimento global de entidades individuais e colectivas: imposto complementar.

QUE MEDIDAS FISCAIS VISAM O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO ?

Com objectivos diversos, a lei estabelece isenções e reduções relativamente às várias categorias de impostos.

De entre elas, devem referir-se as que visam fomentar o desenvolvimento económico e o bem-estar social. Estão neste caso:

- a) A instalação de novas indústrias de base e de outras de manifesta importância para a economia nacional;
- b) A reorganização de sectores de empresas industriais já existentes. Estas isenções pretendem, igualmente, encorajar a modernização do equipamento dessas indústrias;
- c) A construção ou modernização de estabelecimentos hoteleiros ou similares, de utilidade turística.

FACETAS TÍPICAS DA VIDA PORTUGUESA

QUAL É A POSIÇÃO DA FAMÍLIA NA VIDA PORTUGUESA ?

A família portuguesa continua a reger-se pelos padrões tradicionais que lhe deram a sua coesão. Na verdade, o desenvolvimento económico-social que se faz sentir não tem sido acompanhado — como acontece noutros países — de aumento sensível na desagregação familiar.

A grande maioria da população contrai casamento canónico, e o casamento civil só tem relevância estatística nos distritos industrializados de Lisboa, Setúbal e Porto. Digno de nota é o facto de não ter aumentado a percentagem de divórcios ou de separações de pessoas e bens, e não se registar crise sensível nas relações entre pais e filhos.

Quanto às relações estabelecidas entre marido e mulher, o homem é o chefe da família e a ele cabe a decisão final, mas é à mulher que compete a gestão do orçamento familiar.

A concepção de família, como elemento aglutinador, é profunda. Apesar de o número de mulhe-

res empregadas ser cada vez mais frequente, há sempre uma refeição, geralmente a da noite, em que todos se reúnem.

COMO SE CARACTERIZA A VIDA NO LAR ?

No que respeita à organização da vida no lar, o marido, normalmente, não auxilia a mulher nas tarefas domésticas o que constitui vincada característica do marido português, qualquer que seja o nível social em que se integra.

A obediência dos filhos aos pais não foi até agora posta em dúvida, pelo menos da maneira verificada nalguns países estrangeiros. Nota-se, porém, nos últimos anos, maior condescendência dos pais para com os filhos, a quem proporcionam distrações e quantias de dinheiro superiores às que eram habituais.

As relações com os membros da família não nuclear são hoje menos estreitas do que antigamente mas, em momentos de dificuldade, todos conjugam os seus esforços, constituindo um eficiente grupo de pressão.

A família portuguesa mantém, assim, nas suas linhas gerais, a estrutura tradicional que faz dela a base em que assenta a sociedade portuguesa.

QUAIS SÃO OS PRATOS CARACTERÍSTICOS DA COZINHA PORTUGUESA ?

A cozinha portuguesa é saborosa e variada. Muitos dos seus pratos são altamente apreciados.

Na cidade, fazem-se três refeições: pequeno almoço — constituído, em geral, de café com leite e pão com manteiga; almoço (por volta das treze horas) e jantar (por volta das vinte horas) que se compõem, normalmente, de sopa, peixe ou carne, fruta ou outra sobremesa, acompanhados de vinho.

De entre os pratos mais apreciados, devem mencionar-se os seguintes:

SOPAS: caldo verde, sopa de peixe, sopa alentejana (pão, ovos, coentros), sopa de lagosta, sopa de grão, etc.

PEIXE: caldeirada «à fragateira», sardinhas em conserva ou sardinhas frescas assadas, bacalhau cozido à portuguesa, bacalhau à Gomes de Sá, salmonetes grelhados, linguado à moda de Macau, etc.

MOLUSCOS: amêijoas à «Bulhão Pato», amêijoas ao natural, lulas recheadas, arroz de marisco.

CARNE: cozido à portuguesa (cozido de carne de vaca, porco e galinha, legumes), língua à por-

tuguesa, tripas à moda do Porto, leitão à moda da Bairrada, carne de porco com amêijoas, chispe, cabrito à alentejana.

QUEIJOS: da serra, Azeitão, Castelo Branco, Alentejano, Rabaçal, Cabreiro.

DOÇARIA: ovos moles (Aveiro), pão-de-ló (Felgueiras, Alfeizerão), doce de ovos (Viseu), arrufadas (Coimbra), conservas de frutas (Alcobaça), cavacas e trouxas de ovos (Caldas da Rainha), queijadas (Sintra), doce de laranja (Setúbal), nogado, queijinhos de amêndoa e bolo D. Rodrigo (Lagos, Portimão e Olhão).

E OS VINHOS ?

Dos vinhos portugueses merecem especial referência: **Vinhos licorosos:** do Porto, da Madeira, moscatel de Setúbal e Carcavelos; **de pasto:** maduro branco e tinto do Dão, Ribatejo, Borba, etc.; **vinhos verdes:** branco e tinto do Alto Minho, Amaranite, etc.; **espumantes:** da Anadia; **aguardentes** velhas e conhaques, de várias regiões.

É RICO O FOLCLORE ?

Cada província portuguesa possui os seus trajos típicos, as suas danças e cantares regionais, as suas lendas, geralmente cheias de poesia e mistério, os seus costumes que resultam de uma tradição multissecular.

Os trajos regionais constituem um dos mais belos aspectos do folclore português, sendo notável a sua variedade. A alegria do fato minhoto opõe-se à austeridade melancólica dos fatos das montanhas do interior da Beira. O colorido do trajo ribatejano distingue-se da sobriedade do do Alentejo. O fato tão pitoresco dos pescadores da Nazaré, a graciosidade da indumentária da varina lisboeta, a simplicidade da tricana de Coimbra, o colorido alegre dos trajos angolanos, a dignidade das vestes usadas pelos sobas da Guiné, a riqueza dos saris das mulheres goesas são exemplos da rica diversidade do trajo regional.

Mas há também outros motivos de muito interesse neste sector — **as festas**. Aquelas a que o povo acorre, e lhe são particularmente queridas, são as **romarias**. A par do carácter religioso, em que o sermão e a procissão desempenham papel fundamental, as romarias têm o característico cunho da exuberância popular, que se expande em danças e cantares, que vibra com os fogos de artifício, queimados depois da meia-noite.

As canções e as danças populares são mantidas na sua primitiva pureza graças aos «ranchos» que constituem uma afirmação da beleza do folclore português.

QUAIS SÃO AS MAIORES FESTAS POPULARES ?

Ao povo português é grato o cumprimento dos seus votos, penitências e veneração aos santos da sua devoção. Por isso as romarias reúnem multidões de peregrinos. Muitas romarias, principalmente a norte do Tejo, são animadas por danças e folguedos o que lhes dá sabor etnográfico.

No Minho, em Trás-os-Montes e nas Beiras as romarias são clamorosas, vibrantes, sacudidas de alegria. Durante a semana são anunciadas por salvas de morteiros. Na véspera, música, tambores, foguetes, juizes e mordomos andam em azáfama. O dia da festa é grande! No Sul, as romarias são mais silenciosas. O Algarve tem o especial culto por Nossa Senhora das Dores, desde há séculos chamada, em Loulé, a «Mãe Soberana», a quem fazem luzido festejo.



Manter a tradição e pureza das danças populares é objectivo essencial dos «ranchos».

As maiores festas e romarias têm lugar principalmente no verão, e delas sobressaem: as Festas de S. Gualter, em Guimarães, com um interessante desfile alegórico; as Festas da Senhora da Agonia, em Viana do Castelo, que são das mais típicas do País; a Festa das Cruzes, em Barcelos, uma das principais romarias do Minho; a Festa de Santo António, especialmente celebrada nos bairros populares de Lisboa; a Festa de S. João, comemorada ruidosamente no Porto e em Braga; a Festas de S. Pedro que é o orago preferido dos pescadores; a Festa do Mar, em Cascais.

Mas outras festas de carácter diferente ganham foros de grandes acontecimentos populares: são as **feiras**. De entre elas, tem lugar destacado a Feira de Santarém, uma das mais famosas, pela variedade de iniciativas que engloba: transacções de gado, touradas, corridas de campinos, condução de cabrestos, desfile de cavaleiros, amazonas e equipagens; a Festa do Colete Encarnado, em Vila Franca de Xira, autêntica festa brava; a Feira da Golegã.

A todas estas festas aflui o povo com o farnel bem provido. Mas se houver falta, lá estão as tendas armadas em que o petisco rescende tentador e o vinho, em frescos canjirões, convida a dessedentar.



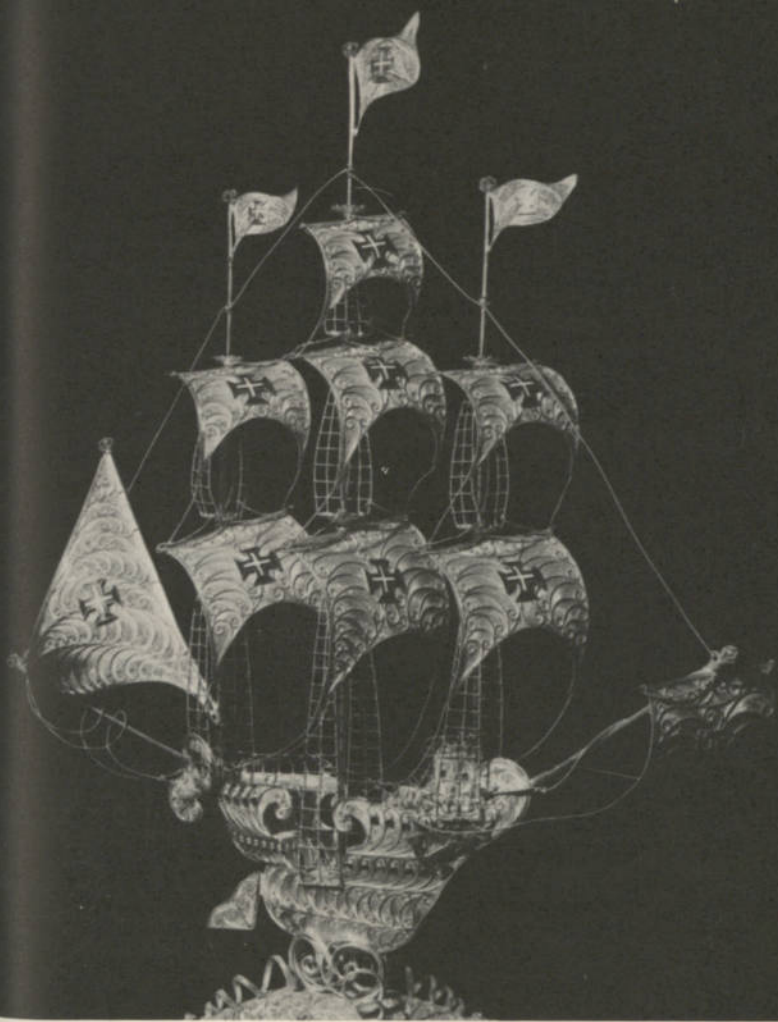
A cerâmica constitui expressiva manifestação de arte popular.

EXISTE EM PORTUGAL ARTESANATO DE INTERESSE ?

É evidente que sim. O artesanato, como manifestação de arte popular, reflecte o espírito aberto de um povo que se radicou em vários continentes criando neles parcelas de Portugal. Povo sensível, imaginativo, que gosta de pintar, desenhar ou esculpir em objectos de uso diário figuras reais ou fantásticas. Daí a variedade do artesanato nacional.

Merecem particular referência: as cerâmicas, cuja variedade vai da cerâmica incrustada, à negra e à policromada; as ingénuas figurinhas de olaria em que vibram imaginação e humor; os cobses martelados; os trabalhos de palma entrançada do Algarve; os objectos de cortiça do Alentejo; as belas cangas do Norte, que constituem autênticas rendas de madeira; as bonitas rendas de bilros; os famosos bordados, de que ganharam fama internacional os da Madeira; uma ourivesaria de qualidade que se impõe pelo pormenor do fabrico e adorno, e na qual a filigrana tem lugar de relevo; e muitos mais exemplos se poderiam citar.

Nas províncias do ultramar, a riqueza do artesanato é enorme, dele sobressaindo os trabalhos de marfim, de missanga, as esculturas de bela concepção feitas em madeira exótica, etc.



INFORMAÇÃO

QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS JORNAIS DIÁRIOS PORTUGUESES ?

Os principais diários são, por ordem alfabética:

LISBOA: «A Capital», «A Voz», «Diário de Lisboa», «Diário da Manhã», «Diário de Notícias», «Diário Popular», «Jornal do Comércio», «Novidades», «O Século», «República».

PORTO: «Diário do Norte», «Jornal de Notícias», «O Comércio do Porto», «O Primeiro de Janeiro».

BRAGA: «Correio do Minho», «Diário do Minho».

COIMBRA: «Diário de Coimbra».

ÉVORA: «Democracia do Sul», «Notícias de Évora».

BEJA: «Diário do Alentejo».

MADEIRA: «Diário de Notícias», «Jornal da Madeira», «Madeira Popular».

AÇORES: «A União», «Açores», «Correio dos Açores», «Correio da Horta», «Diário dos Açores», «Diário Insular», «O Telégrafo».

ANGOLA: «A Província de Angola», «ABC», «Diário de Angola», «Diário de Luanda», «O Comércio».

MOÇAMBIQUE: «A Tribuna», «Diário», «Diário de Moçambique», «Notícias», «Notícias da Tarde».

GUINÉ: «Arauto».

MACAU: «Comunidade», «Notícias de Macau», «Ou Mun lat Pou», «Si Man lat Pou», «Tai Chomg Pou», «Va Kio lat Pou».

COMO FUNCIONA A RADIODIFUSÃO ?

Ao passo que na América a Rádio é empresa comercial, privada, na Europa, em geral, depende directa ou indirectamente do Estado. Portugal adoptou ambas as fórmulas, solução que melhor se adaptava à maneira de ser do povo português.

Temos assim, por um lado, uma Rádio oficial, a Emissora Nacional de Radiodifusão, economicamente suportada pela cobrança de taxas; e por outro, uma rádio particular sustentada pela publicidade. Deste modo se consegue, nos principais centros do País, a transmissão de seis programações diferentes e simultâneas.

DE QUANTAS ESTAÇÕES EMISSORAS DISPÕE A EMISSORA NACIONAL ?

A Emissora Nacional dispõe de várias redes de emissores que, na totalidade perfazem 35, em serviço activo: 14 para transmissões em onda média, 11 para onda curta e 10 para modulação de frequência. Sendo um país cujo território se situa em vários continentes, Portugal tem na Rádio um dos mais poderosos meios de ligação entre a Mãe Pátria e os portugueses disseminados pelo mundo, quer na África ou na Ásia, quer nos Açores, Madeira ou ainda na América do Norte e do Sul, e nos mares da Terra Nova e Gronelândia.

QUAL A MÉDIA DOS PROGRAMAS E DE HORAS TRANSMITIDAS ?

Um dos principais objectivos da Emissora Nacional, dada a descontinuidade geográfica do País, é, naturalmente, a informação. Assim, transmitem-se diariamente 37 noticiários em língua portuguesa: 16 em onda média e 21 em onda curta; e 16 noticiários em línguas estrangeiras (francês, inglês, espanhol, italiano e concanim): 5 em onda média e 11 em onda curta, o que perfaz um total

de 53 serviços de notícias. A maior parte do tempo, contudo, é preenchida com programas de música clássica e ligeira (portuguesa e estrangeira), crónicas e reportagens, palestras de interesse cultural, educativo e recreativo, entrevistas, comentários de revistas da imprensa metropolitana e ultramarina, recitais de poesia e teatro radiofónico.

A Emissora Nacional emite, diariamente, 17 horas em língua estrangeira e 76 horas em língua portuguesa. No total, temos uma emissão diária de 93 horas.

QUAIS OS PERÍODOS DE EMISSÃO DA RÁDIO PARTICULAR ?

Quanto à Rádio particular, devem salientar-se o Rádio Clube Português, Rádio Renascença, Emissores Associados de Lisboa e Porto, com uma média de transmissão de 18 horas diárias. Especialmente os dois primeiros postos dispõem de emissores de grande potência.

Além destes, existem muitos outros postos de menor potência e mais pequeno período de emissão.

No ultramar, além do Serviço Ultramarino da Emissora Nacional, que se ouve distintamente em

todas as províncias, cada província possui vários postos particulares, podendo dizer-se que não há cidade importante que não tenha o seu posto emissor. Salientam-se, contudo, pela potência, zonas que cobrem e períodos de transmissão a Emissora Oficial de Angola, em Luanda, e o Rádio Clube de Moçambique, em Lourenço Marques.

E QUANTO A TELEVISÃO ?

Em 1953, a Emissora Nacional de Radiodifusão iniciou os estudos com vista à instalação de um Serviço de Televisão em Portugal. Mais tarde, formou-se uma Comissão de Estudo do futuro contrato de concessão, com representantes dos emissores particulares de radiodifusão.

Em 1955 a R. T. P. — Radiotelevisão Portuguesa, S. A. R. L. — foi criada através duma escritura pública, publicada no «Diário do Governo» de 25 de Janeiro de 1956.

A concessão foi considerada de «utilidade pública» e dada por um prazo de 20 anos, em regime de exclusividade, podendo prorrogar-se por períodos de 10 anos. A sua direcção é composta por um presidente do Conselho de Administração e quatro administradores.

COMO FUNCIONA A TELEVISÃO E QUAIS AS ZONAS QUE COBRE ?

Começaram em Agosto de 1956 as emissões experimentais da R. T. P. Em 7 de Março do ano seguinte, iniciaram-se as emissões regulares.

A partir de Janeiro de 1964, o tempo de emissões aumentou consideravelmente, acentuando-se ainda mais este aumento em 1965, com o início do Curso Unificado da TV Escolar, organizado pelo Instituto de Meios Audio-Visuais de Ensino, do Ministério da Educação Nacional.

Começou em 1968 o Curso de Formação e Actualização de Professores, que nesse ano totalizou 205 transmissões, a que corresponderam 51 horas de emissão.

As emissões do 1.º programa cobrem actualmente 95 % do território continental.

Neste momento, a R. T. P. estuda a expansão, a curto prazo, das suas emissões às ilhas adjacentes (Madeira e Açores).

Os programas estão classificados nos seguintes grandes sectores:

Informação e actualidade (inclui edições diárias do telejornal e documentários informativos).

Desportivos (informação diária, semanários, quinzenários e transmissões directas).

Dramáticos (teatro, filmes de grande metragem e séries filmadas).

Musicais eruditos (concertos, óperas, divulgação, folclore, etc.).

Musicais ligeiros (variedades, music-hall, espetáculos do exterior, etc.).

Especiais (documentários internacionais, notícias de espectáculo, magazine, decoração, culinária, concursos juvenis, etc.).

Culturais (formação religiosa, artes plásticas, literatura, Universidade na TV, infantis).

Educativos e telescola.

A R. T. P. transmite diariamente entre as 14.30 e as 0 horas, excepto aos sábados, em que inicia a sua emissão às 17 horas, e aos domingos, às 12 horas.

Em Dezembro de 1968, começaram as emissões experimentais do 2.º programa (U. H. F.), com o qual a R. T. P. quis servir mais completamente o público, facultando-lhe a possibilidade de escolha de programas.

As emissões deste 2.º programa abrangem, numa fase inicial, uma zona equivalente à que foi servida pelo 1.º programa, a partir de Março de 1957. Dentro de pouco tempo, todo o País receberá estas novas emissões em U. H. F. A rede deste 2.º programa ficará preparada para a oportuna introdução de programas a cores.

INFORMAÇÕES ÚTEIS

QUAIS SÃO OS DIAS FERIADOS EM PORTUGAL ?

A tradição religiosa e cristã do povo português faz coincidir quase todos os dias feriados com as festas litúrgicas que exaltam a dignidade da família, a comunhão e a solidariedade humanas.

Deste modo, os dias feriados em Portugal são: o dia de Natal, o dia de Ano Novo, o Domingo de Páscoa, a Festa do Corpo de Deus, o 10 de Junho (dedicado a Camões e à exaltação das virtudes nacionais), o 15 de Agosto (Assunção de Nossa Senhora), o 5 de Outubro (aniversário da proclamação da República), o 1.º de Novembro (Todos-os-Santos), o 1.º de Dezembro (aniversário da Independência de Portugal) e o 8 de Dezembro (dia da Imaculada Conceição).

EM QUE CASOS É DISPENSADO O VISTO NO PASSAPORTE ?

O visto consular não é necessário para os turistas que chegam de países com os quais Portugal mantém relações diplomáticas e consulares, ex-

cepto para a entrada nos Açores (visto de entrada ou de trânsito) se vierem da Bélgica, Luxemburgo, Estados Unidos e Canadá.

Não é exigido visto aos passageiros que, viajando por via marítima ou aérea e tendo um bilhete para outros países, desejem permanecer em Portugal, quer por motivos pessoais quer por motivos de correspondência de barcos, desde que a permanência não exceda 4 dias. Esta autorização pode-se prolongar até 6 dias, mediante o pagamento de uma taxa de 75\$00, sob condição de a companhia de transportes garantir a partida do turista, sem mais demoras.

QUANTO TEMPO PODEM OS TURISTAS PERMANECER EM PORTUGAL ?

A permanência de estrangeiros em Portugal, quer venham como turistas quer por motivo de negócios ou de saúde, está legalmente limitada a 60 dias, excepto se possuírem um visto consular ou estejam dele dispensados em virtude de acordos estabelecidos com os respectivos países.

Esta autorização pode ser prorrogada por 30 dias, desde que o pedido seja feito à Direcção-Geral de Segurança, pelo menos 7 dias antes de expirar o primeiro período.

QUE FORMALIDADES SANITÁRIAS DEVE O TURISTA CUMPRIR ?

1 — Ao entrar no País:

- a) Todas as pessoas que vêm ou vão para áreas em que alastra uma epidemia de cólera ou de varíola devem possuir, válido, um certificado internacional de vacinação contra estas doenças;
- b) Todas as pessoas que chegam da América Central, da América do Sul ou da África Equatorial e que vão para a Madeira ou Açores (excepto o Aeroporto de Santa Maria) devem ter um certificado de vacinação contra a febre amarela.

2 — Em trânsito:

- a) Sem demora, não há formalidades;
- b) Com demora, algumas formalidades (ver acima, § 1);

3 — Ao deixar o País, não há formalidades.

COM QUE OBJECTOS PODE O TURISTA ENTRAR EM PORTUGAL ?

Lista dos objectos que o turista pode trazer para Portugal isentos de direitos alfandegários: jóias pessoais; uma máquina fotográfica com 12 châssis, ou 5 rolos de películas não reveladas; uma máquina de filmar de pequeno formato e duas bobines de filme; um binóculo; um transistor; um fonógrafo com o máximo de 10 discos; um magnetofone portátil; um aparelho rádio-receptor; uma máquina de escrever portátil; um carrinho de criança; uma tenda e mais equipamento para campismo; artigos de desporto (equipamento para a pesca, uma carabina para a caça, com 50 cartuchos, uma bicicleta sem motor; uma canoa ligeira ou uma «kayac» de comprimento máximo de 5,50 m; um par de «skis»; duas raquetes de ténis e artigos similares); 200 cigarros, ou 50 charutos, ou 250 gramas de tabaco, ou ainda um conjunto destes produtos cujo peso total não exceda 250 gramas; uma garrafa normal de vinho e um quarto de litro duma bebida alcoólica; um quarto de litro duma água-de-colónia e uma pequena porção de perfume.

PORTUGAL NO MUNDO

QUAL É A POSIÇÃO DE PORTUGAL NO MUNDO ?

Nas relações internacionais, o Estado Português considera-se limitado pelos compromissos que decorrem das convenções e tratados por ele livremente assinados, ou pelo direito consuetudinário livremente aceite, cumprindo-lhe cooperar com outros Estados na preparação e adopção de soluções que interessem à paz entre os povos e ao progresso da humanidade, preconizando a arbitragem como meio de dirimir os litígios internacionais.

A política de boa vizinhança tem sempre marcado a posição de Portugal no mundo.

DE QUE ORGANISMOS INTERNACIONAIS FAZ PARTE PORTUGAL ?

Em virtude dos princípios que orientam a sua política internacional, Portugal faz parte de nume-

rosas organizações internacionais. De entre elas citam-se:

E. F. T. A. (Associação Europeia de Comércio Livre — membro fundador)

E. M. A. (Acordo Monetário Europeu)

F. A. O. (Organização para a Alimentação e Agricultura)

G. A. T. T. (Acordo Geral sobre as Pautas Aduaneiras e Comércio)

I. B. R. D. (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento)

I. C. A. O. (Organização Internacional da Aviação Civil)

I. M. F. (Fundo Monetário Internacional)

I. T. U. (União Internacional de Telecomunicações)

O. N. U. (Organização das Nações Unidas)

O. T. A. N. (Organização do Tratado do Atlântico Norte)

U. P. U. (União Postal Universal)

W. H. O. (Organização Mundial da Saúde)

W. M. O. (Organização Meteorológica Mundial)

QUAIS SÃO AS DIVERSAS REPRESENTAÇÕES DE PORTUGAL NO MUNDO ?

- AFRICA DO SUL (República da):** Embaixada — 261, Devenish Street — Pretória.
- ALEMANHA:** Embaixada — Bad Godesberg: Dollenfelderstrasse, 15 — Bona.
- ARGENTINA:** Embaixada — Calle Ocampo, 2831 — Buenos Aires.
- AUSTRÁLIA:** Embaixada — 22, Bougainville Street, Manuka, A. C. T. — Camberra.
- AUSTRIA:** Embaixada — Strauchgasse 3-1 — 1010 Viena.
- BÉLGICA:** Embaixada — Rue d'Arlon, 16 — Bruxelas.
- BRASIL:** Embaixada — Praia do Flamengo, 382, 7.º e 8.º andares — Rio de Janeiro.
- CANADA:** Embaixada — 766, Island Park Drive — Otava - 3.
- CEILÃO:** Embaixada — 22, Maitland Crescent — Colombo 7.
- CHILE:** Embaixada — Casille 2127 — Santiago.
- COLÔMBIA:** Embaixada — Calle 70-a/7-51 — Bogotá 2.
- COSTA RICA:** Embaixada — Apartado 2799 — Av. 9, Calles 25/27, Barrio Escalante — São José.
- CUBA:** Embaixada — Apartado 6484 — Edifício Bolívar, Calle Capdevilla, 101 ap. 5-B — Havana.

- DINAMARCA:** Embaixada — Skovvej, 109, Charlottenlund — Copenhaga.
- EQUADOR:** Embaixada — Apartado 1400 — Calle Luis Cordero, 152 — Quito.
- ESPAÑA:** Embaixada — Calle del Pinar, 1 — Madrid.
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA:** Embaixada — 2125 Kalorama Road, N. W. — Washington D. C. 20008.
- FILIPINAS:** Embaixada — United Nations Ave. 425 Philanlife — Building 49 — Manila.
- FINLÂNDIA:** Embaixada — Strandvagen, 47-11 — Estocolmo.
- FRANÇA:** Embaixada — 3, Rue de Noisiel — Paris XVIème.
- GRÃ-BRETANHA e IRLANDA DO NORTE:** Embaixada — 11, Belgrave Square — S. W. 1 Londres.
- GRÉCIA:** Embaixada — Rue Doriléon, 18 — Atenas.
- GUATEMALA:** Embaixada — 7.ª Av. 2-29 Zona 9 — Ciudad de Guatemala.
- HOLANDA:** Embaixada — Wassenaarseweg, 34 — Haia.
- INDONÉSIA:** Embaixada — 74, Djalan H. O. S. Tjokroaminoto — Djakarta.
- IRÃO:** Embaixada — Vali Dr. Resit Cad; Alem-daroglu 28 ap D. 3 — Kavaklidere — Ankara.
- IRAQUE:** Consulado — Sa'Adoon St., B — Bagdad.

- IRLANDA:** Embaixada — 14, Ailesbury Road — Dublin 4.
- ITALIA:** Embaixada — Via Salaria 298, A — Roma.
- JAPÃO:** Embaixada — Olympia Annex 303,31,6-Chome Jingumae - Shibuyo - Ku — Tóquio.
- LIBANO:** Embaixada — Immeuble de l'Union de Paris C. P. 2112 — Rue Maamari — Beirute.
- LUXEMBURGO:** Consulado — Rue Notre Dame, 15 — Luxemburgo.
- MALAWI:** Embaixada — P. O. Box 596 Limbe — Martins e Noronha — Building Limbe — África Central — Zomba.
- MARROCOS:** Embaixada — Rue Maurice Pascouet, 45 — Rabat.
- MÉXICO:** Embaixada — Avenida Prado Norte, 615 — México 10 D. F.
- NICARÁGUA:** Embaixada — C. P. Apartado 3106 — Manágua.
- NORUEGA:** Embaixada — Drammensveien, 89 — Oslo.
- PAQUISTÃO:** Embaixada — P. O. Box 1067 — 130 - H Sector G. 6/3 — Islamabab.
- PERU:** Embaixada — Apartado postal 3692 — Av. Orrantia 710 — Lima.
- RODÉSIA:** Consulado-Geral — C. P. 406 Livingstone House, 48 — Jameson Ave. Central — Salisbúria.
- SANTA SÉ:** Embaixada — Villa Lusa, Via S. Valentino, 9 — Roma.

- SUAZILÂNDIA:** Embaixada — P. O. Box 466 — Mbabane.
- SUÉCIA:** Embaixada — Strandvagen, 47 - II — Estocolmo.
- SUIÇA:** Embaixada — Helvetiastrasse, 50 a, CH. 3005 — Berna.
- TAILÂNDIA:** Embaixada — Bush Lane, 26 — Banguecoque.
- TURQUIA:** Embaixada — Vali Dr. Resit Cad; Alem-daroglu 28 apt D3 Kavaklidere — Ankara.
- URUGUAI:** Embaixada — Av. Agraciada 1708 ap. 501 — Montevideu.
- VENEZUELA:** Embaixada — Apart. Correos 1748 Quinta «Panorama», 5 Calle Los Bambues, Altamira — Caracas.

ONDE SE PODEM OBTER INFORMAÇÕES SOBRE PORTUGAL ?

Além das representações diplomáticas existentes em diversos países, há organismos oficiais habilitados a fornecerem informações sobre o País:

SECRETARIA DE ESTADO DA INFORMAÇÃO E TURISMO :

Praça dos Restauradores, Lisboa 2.

**DELEGAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO
DA INFORMAÇÃO E TURISMO :**

Praça D. João I, 25, 4.º, Porto.

AGÊNCIA-GERAL DO ULTRAMAR :

Av. Ilha da Madeira (Restelo), Lisboa 3.

**CENTRO DE INFORMAÇÃO E TURISMO
DE CABO VERDE :**

Cidade da Praia.

**CENTRO DE INFORMAÇÃO E TURISMO
DA GUINÉ :**

Bissau

**CENTRO DE INFORMAÇÃO E TURISMO
DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE :**

S. Tomé.

**CENTRO DE INFORMAÇÃO E TURISMO
DE ANGOLA (CITA) :**

Caixa Postal 1240, Luanda.

**CENTRO DE INFORMAÇÃO E TURISMO
DE MOÇAMBIQUE (CITMO) :**

Caixa Postal 614, Lourenço Marques.

**CENTRO DE INFORMAÇÃO E TURISMO
DE MACAU :**

Macau.

**CENTRO DE INFORMAÇÃO E TURISMO
DE TIMOR :**

Díli.

**DELEGAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO
DA INFORMAÇÃO E TURISMO :**
Carrera S. Jerónimo (puerta del Sol), 18, 3.º
Madrid — Espanha.

CASAS DE PORTUGAL EM :
Londres, 20 Lower Regent Street.
Nova Iorque, 570, Fifth Avenue.
Paris, 7, Rue Scribe.

CENTROS DE TURISMO DE PORTUGAL EM :
Rio de Janeiro, Rua de Santa Luzia, 827.
Bruxelas, 22, Rue Ravenstein.
Estocolmo, Linnégatan, 2.

CENTROS PORTUGUESES DE INFORMAÇÃO EM :
Genève, Quai Wilson, 41.
Roma, 5 Via Magenta.
Bona, 64-A, Kölner Strasse (Bad Godesberg).
Hamburgo, 23, Gänsemarkt (Girardet - Haus),
Hamb. 36.
Copenhaga, 1 Fredericksborgadde, Mz — Cop.
1 360.

QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DA HISTÓRIA DE PORTUGAL ?

1128 — Batalha de S. Mamede, em que o exército de D. Afonso Henriques vence as forças de sua mãe e dos fidalgos galegos que a apoiavam, tomando conta dos destinos do Condado Portucalese.

1139 — Batalha de Ourique contra os Mouros, passando, segundo a tradição, D. Afonso Henriques a intitular-se rei de Portugal.

1179 — O papa Alexandre III, pela Bula «Manifestis Probatum» reconhece a D. Afonso Henriques o título de rei.

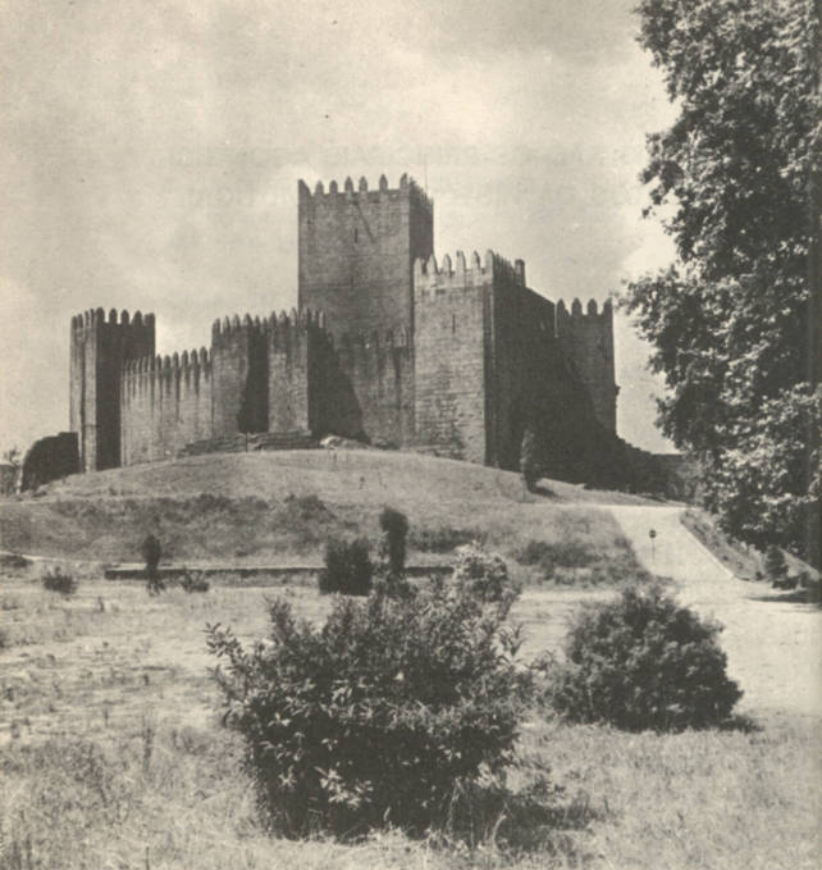
1231 — Morre, em Itália, Santo António de Lisboa, doutor da Igreja, um dos primeiros portugueses que missionaram em Marrocos e um dos maiores pregadores de todos os tempos.

1249 — Conclui-se a ocupação do Algarve, extremo sul de Portugal.

1276 — Ascende ao Sólido Pontifício com o nome de João XXI o cardeal português Pedro Julião, professor de medicina e filósofo.

1290 — Fundação da Universidade, em Lisboa.

1319 — Criação da Ordem de Cristo, que vem substituir a Ordem dos Templários, extinta em 1312.



Castelo de Guimarães — berço da nacionalidade portuguesa.

1373 — D. Fernando assina com Eduardo III de Inglaterra o primeiro tratado de aliança anglo-lusa, o mais antigo dos tratados, ainda hoje em vigor.

1384 — Invasão de Portugal pelos Castelhanos, Batalha de Atoleiros e cerco de Lisboa.

1385 — Nas Cortes reunidas em Coimbra, o Mestre de Avis é aclamado rei com o nome de D. João I.

1385 — A 14 de Agosto, dá-se a Batalha de Aljubarrota, em que o exército do rei de Castela é desbaratado, assegurando-se a independência nacional.

1415 — Expedição a Ceuta e conquista da cidade.

1418 — Descobrimento das ilhas de Porto Santo e da Madeira, seguido, com poucos anos de intervalo, da descoberta das ilhas dos Açores.

1434 — Gil Eanes dobra o cabo Bojador, desfazendo, assim, a lenda da existência de um mar tenebroso.

1445 — Dinis Dias continua o descobrimento da costa africana até Cabo Verde.

1446 — Nuno Tristão chega à Guiné.

1454 — Bula de Nicolau V concedendo ao Infante D. Henrique o domínio das terras descobertas em África, para realizar a sua evangelização.

1458 — Tomada de Alcácer-Ceguer (El Ksar Srir).

1460 — Morte do Infante D. Henrique.

1470 — Descubrem-se as ilhas de Ano Bom, S. Tomé e Príncipe.

1472 — João Vaz Corte Real chega à Terra Nova.

1482 — Diogo Cão atinge a foz do Zaire e explora a região do Congo.

1485 — Introdução da tipografia em Portugal (Faro).

1487 — D. João II manda Pêro da Covilhã e Afonso de Paiva, por terra, a colher notícias do Prestes João e das Índias.

1488 — Bartolomeu Dias dobra, no extremo sul de África, o cabo das Tormentas, cujo nome D. João II muda para cabo da Boa Esperança.

1492 — João Fernandes e Pedro de Barcelos descobrem a Gronelândia.

1494 — Tratado de Tordesilhas, pelo qual Portugal e Espanha fixavam as zonas geográficas em que se podiam estabelecer.

1498 — Vasco da Gama chega à Índia por mar, desembarcando em Calecute.

1500 — A armada de Pedro Álvares Cabral, que navegava para a Índia, desvia-se para ocidente e descobre o Brasil.

1502 — Gil Vicente inicia a sua obra genial de fundador do teatro português, ao recitar «O Monólogo da Visitação ou do Vaqueiro» de que é autor.

1507 — Conquista de Ormuz por Afonso de Albuquerque.

1507 — Conquista de Goa por Afonso de Albuquerque.



Vasco da Gama (1469-1524) — o português que concretizou o sonho europeu de atingir a Índia.

1511 — Conquista de Malaca.

1530 — D. João III dá início à colonização metódica do Brasil, criando-se as primeiras capitânias.

1537 — Publica-se o «**Tratado da Esfera**» do Dr. Pedro Nunes, que exerceu enorme influência na arte de navegar.

1537 — Reforma da Universidade, que foi transferida de Lisboa para Coimbra.

1542 — Chega à Índia S. Francisco Xavier.

1557 — Macau é cedida aos Portugueses.

1559 — Conquista de Damão.

1563 — O médico e botânico Garcia de Orta publica numa tipografia de Goa «**Os Colóquios dos Simples e Drogas**», livro da maior importância na história da medicina.

1572 — Primeira edição de «**Os Lusíadas**», de Luís de Camões.

1578 — O rei D. Sebastião organiza uma expedição a África, desaparecendo na Batalha de Alcácer-Quibir.

1580 — Filipe II, de Espanha, é aclamado rei de Portugal.

1612 — Num parecer do Conselho das Índias, que superintendia nas questões do ultramar, afirma-se um princípio que desde sempre inspirou a legislação e a administração portuguesas: «A Índia e outras terras ultramarinas, cuja administração tem este Conselho, não são nem distintas nem separadas deste Reino, tal como o Algarve ou qualquer outra das Províncias Europeias; por-

que são governadas segundo as mesmas leis e pelos mesmos magistrados e gozam dos mesmos privilégios outorgados àquelas Províncias do dito Reino e, portanto, um homem que nasceu e vive em Goa, ou no Brasil, ou em Angola, é tão português como qualquer que haja nascido e viva em Lisboa».

1625 — O padre António de Andrade entra no Tibete.

1640 — Um grupo de 40 conjurados consegue, com o êxito do acto temerário de 1 de Dezembro, declarar a Independência de Portugal e a Restauração duma dinastia nacional ao aclamar como rei, o duque de Bragança, D. João IV.

1645 — Batalha das Tabocas, no Brasil, contra os Holandeses.

1648 — Salvador Correia de Sá recupera Angola e S. Tomé, parcialmente dominadas pelos Holandeses.

1654 — Capitulação e abandono do Brasil pelos Holandeses.

1668 — Após uma série de campanhas militares, a Espanha reconhece a independência de Portugal.

1720 — Fundação da Academia Real da História.

1755 — O terremoto de 1 de Novembro arruína praticamente toda a cidade de Lisboa. Enérgicas medidas do marquês de Pombal para a sua imediata reconstrução, segundo um plano urbanístico de larga perspectiva.

1764 a 1773 — Reformas económicas, administrativas e políticas: reforma da Universidade de Coimbra, fundação de escolas menores gratuitas, estabelecendo-se o subsídio literário para os salários dos professores e mestres; criação do Erário, da Imprensa Nacional e das fábricas das sedas, papel, vidros e lanifícios.

1779 — É fundada a Academia Real das Ciências de Lisboa.

1807 — Perante a invasão francesa, sob o comando de Junot, o príncipe regente transfere a capital para o Rio de Janeiro.

1821 — Regresso a Lisboa do rei D. João VI e da Corte.

1822 — D. Pedro proclama a independência do Brasil e é aclamado imperador.

1825 — D. João VI reconhece a independência do Brasil.

1856 — Abolição da escravatura em todo o ultramar.

1867 — É decretada a abolição da pena de morte e de trabalhos forçados.

1877 - 1878 — Capelo e Ivens realizam importantes investigações científicas em África.

1878 - 1879 — Serpa Pinto atravessa a África da costa ocidental à costa oriental.

1895 — António Enes, com os seus colaboradores, e Mouzinho de Albuquerque asseguram a pacificação de Moçambique.

1910 — Revolução de 5 de Outubro que proclama a República em Portugal.

1916 - 1918 — Portugal toma parte na Grande Guerra.

1922 — Gago Coutinho e Sacadura Cabral realizam a I Travessia Aérea do Atlântico Sul, Lisboa-Rio de Janeiro.

1926 — 28 de Maio: Após um longo período de agitação política e social as forças armadas revoltam-se sob o comando do general Gomes da Costa, que assume o poder.

1926 — 9 de Julho: O general Carmona é escolhido para Presidente do Ministério até que, em 1928, por sufrágio directo dos cidadãos eleitores, é eleito Presidente da República.

1928 — Para Ministro das Finanças é escolhido o Prof. Doutor Oliveira Salazar.

1932 — O Prof. Doutor Oliveira Salazar é incumbido de formar Governo, assumindo a Presidência do Conselho.

1933 — Um plebiscito nacional aprova a nova Constituição Política, que institui o regime corporativo.

1933 — É promulgado o Estatuto do Trabalho Nacional que marca as grandes directrizes da organização corporativa da Nação.

1939 - 1945 — Durante a Segunda Guerra Mundial, Portugal concede facilidades aos Aliados, para utilização do seu território dos Açores.

1939 — Portugal assina com a Espanha um tratado de amizade e de não-agressão.

1940 — Portugal celebra o duplo Centenário da sua fundação e restauração.

1940 — Assina-se em Roma a Concordata e o Acordo Missionário com a Santa Sé.

1949 — Portugal torna-se membro da N. A. T. O

1955 — Portugal é admitido na O. N. U.

1960 — Celebração do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.

1961 — Em violação flagrante de todos os princípios da lei internacional, a União Indiana invade e ocupa militarmente o Estado Português da Índia (Goa, Damão e Diu).

1963 — Na continuidade de uma constante directriz política, que sempre dedicou a maior atenção aos problemas do ultramar, são publicados importantes diplomas.

1963 - 1964 — O almirante Américo Thomaz visita oficialmente Angola e Moçambique e outras províncias ultramarinas portuguesas.

1965 — O almirante Américo Thomaz é reeleito Presidente da República.

1966 — No quadro das cerimónias comemorativas do 40.º aniversário da Revolução Nacional, foi inaugurada a Ponte Salazar.

1966 — Entra em vigor o novo Código Civil.

1967 — 50.º aniversário das Aparições de Fátima. Entre os peregrinos, Sua Santidade Paulo VI.

1968 — O almirante Américo Thomaz visita oficialmente a Guiné e Cabo Verde.

1968 — O Presidente do Conselho de Ministros, Prof. Doutor Oliveira Salazar, é exonerado das suas funções, 27 de Setembro, em consequência duma grave e irreparável doença. O Prof. Doutor Marcello Caetano é designado para o substituir.

1969 — O Presidente do Conselho, Prof. Doutor Marcello Caetano chefia a delegação portuguesa aos funerais do general Eisenhower; visita oficialmente as províncias ultramarinas da Guiné, Angola e Moçambique; visita também oficialmente o Brasil.

INDICE

| | <i>Pág.</i> |
|---|-------------|
| O País | 5 |
| A História | 9 |
| Religião | 20 |
| Governo e Administração | 25 |
| Cultura | 33 |
| Educação | 51 |
| Economia | 58 |
| O Turismo | 85 |
| Transportes e Comunicações | 89 |
| Saúde e Assistência | 94 |
| Previdência e Trabalho | 106 |
| Impostos e Contribuições | 114 |
| Facetas típicas da vida portuguesa | 117 |
| Informação | 128 |
| Informações úteis | 135 |
| Portugal no Mundo | 139 |
| Quais são os principais acontecimentos da História de Portugal?..... | 147 |





PORTUGAL

Açores

Madeira

Cabo Verde

Guiné

S. Tomé e Príncipe

Angola

Moçambique

Diu
Damão
Goa

Macau

Timor

NB



EFG0000515562

S.